

3

O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817

“A criação (ou recriação) de uma história e de uma memória nacionais (...) nunca partem de uma folha em branco, não sendo arbitrárias, nem ingênuas”³⁹⁰.

Analisando os artigos das *Revistas do IHGB e do IAGP* observamos que o número de estudos referentes à Insurreição Pernambucana de 1817 e à Confederação do Equador cresceram a partir do final da década de 80 do século XIX. Esse crescimento deveu-se, principalmente, ao avanço dos movimentos republicanos no Brasil. O discurso da República, da modernidade e das idéias liberais abria caminho para positivação dos movimentos republicanos do passado.

Com a desagregação do regime monárquico, os autores ligados aos dois Institutos buscaram encontrar respaldos para os princípios que defendiam. Os movimentos pernambucanos, até então, desprestigiados ou pouco mencionados, passaram a assumir uma importância considerável na historiografia tanto do IHGB, quanto do IAGP. Havia chegado a hora mais propícia para positivar os eventos de conteúdo republicano. Afinal, o Estado republicano precisava se legitimar e apoiaria às iniciativas que pudessem contribuir para a sua afirmação enquanto novo regime político da nação.

Os grupos políticos dirigentes tinham uma certeza quanto à operacionalização da autenticação do novo regime: a necessidade da reestruturação da escrita da história e a urgente necessidade da readequação dos principais eventos e personagens da história nacional. Era interessante que essa readequação acontecesse de modo a conferir um espectro maior na representação dos diferentes Estados da Federação. Diferentes interesses políticos estavam em jogo, e o papel do Estado nacional era também equacionar equilibradamente esses interesses.

Era preciso modificar o calendário cívico oficial e elaborar estratégias para a afirmação de um ideário republicano. Era preciso sublinhar as datas e os

³⁹⁰ Ângela de Castro Gomes. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.12.

personagens que pudessem compor o cenário de afirmação dos símbolos e valores republicanos. Mas como viabilizar esse projeto levando-se em consideração que a distribuição espacial entre os símbolos que deveriam compor a representação da nação era uma estratégia interessante para garantir apoio político provindo de diferentes regiões do Brasil?

A positivação dos eventos e personagens pernambucanos surge nessa linha de pensamento do Estado nacional republicano. Era preciso atender, não só as aspirações dos grupos políticos ligados ao eixo econômico mais influente do país, como os localizados nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, mas na medida do possível, abrir o leque de opções que resultaria no panteão cívico representante da nação. As comemorações dos cem anos da Insurreição Pernambucana de 1817 surgem no contexto dessa nova empreitada do governo federal. Os festejos foram idealizados e organizados pelo IAGP, mas contou com o incentivo e a adesão do governo federal.

O IHGB, assumindo o seu papel de instituição oficial responsável pela escrita da história nacional, também não podia deixar de aderir à rememoração de um evento histórico tão conveniente às demandas do presente. Um fator importante a considerar nesse aspecto eram as estreitas ligações do IHGB com o aparato do Estado republicano. Segundo pesquisa realizada por Lúcia Maria P. Guimarães³⁹¹, nos primeiros anos da República, vários membros do IHGB ainda possuíam fortes vínculos com o governo. Como nos primeiros anos da fundação da Instituição, o IHGB permaneceu intimamente ligado às decisões políticas do país. Vários de seus membros estavam vinculados à política e ao governo. Muitos eram homens públicos, burocratas, militares e amigos pessoais de D. Pedro II e da família imperial, como o Barão de Lavradio, o Barão de Capanema e o Visconde do Bom Retiro³⁹². Muitos funcionários públicos do Império continuaram a ocupar cargos e funções na República e o IHGB continuou aglutinando muitos desses homens. Os barões de café, que haviam apoiado a queda da monarquia e contribuído para a implantação do novo sistema político republicano, não tinham representação expressiva no IHGB. Boa parte dos setores urbanos ligados ao

³⁹¹Lúcia Paschoal Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995.

³⁹²Idem.

aparato do Estado republicano provinha do Império e o IHGB acompanhou esse processo de transição aderindo e apoiando os novos projetos de legitimação da República. A República havia chegado sem maiores alardes, cabendo à Instituição protetora da memória nacional, apenas uma readequação aos novos tempos, a fim de garantir a sua própria sobrevivência. Considerando essa proximidade do IHGB com os interesses do novo governo, torna-se mais compreensível a revisão de alguns antigos postulados da historiografia do Instituto. Novos eventos e heróis passaram do ostracismo à evidência, e teriam que conviver com as construções do passado remanescentes - uma síntese redimensionada às novas expectativas do presente.

Na condição de principal árbitro das estratégias memorialistas promovidas pelos intelectuais da época, o governo federal via com bons olhos a promoção do evento da comemoração dos cem anos da Insurreição Pernambucana de 1817. Com a condição de que o conteúdo das mensagens propagadas fosse o de positivar o regime político vigente, sem incentivar valores que pudessem incitar à desordem social, o Estado nacional resolveu aderir à iniciativa proposta pelo IAGP, contribuindo com créditos em dinheiro para ajudar na solenização do evento³⁹³. No caso específico do Movimento Pernambucano de 1817, esse era um risco possível, na medida em que a República implantada em pleno governo monárquico de D. João VI, poderia assumir conteúdo arriscado se o resgate de sua memória não fosse cuidadosamente pensado.

Dessa forma, a memória de Dezesete deveria ser adaptada e manejada. Uma das primeiras preocupações era afastar, o quanto fosse possível, o seu conteúdo separatista. A experiência republicana de 1817 deveria ser representada como um movimento que teria partido de um projeto das províncias do Norte, mas que pretendia um modelo de república federativa para todo o Brasil.

Uma das “soluções” encontradas para acomodar positivamente a memória de 1817 foi situar o evento como um dos prenúncios da Independência e do modelo de República que havia sido implantado em 1889. A narrativa histórica

³⁹³ Em vários números do *Diário de Pernambuco*, aparecem as solicitações da comissão organizadora do IAGP, responsável pelos festejos do centenário, para conseguir adesão e apoio financeiro para os eventos que ocorreriam em março de 1917. Segundo os editoriais do jornal, o governo federal e vários estados e municípios da Federação contribuíram com dinheiro e apoio para a promoção do evento.

era construída tendo como principal fio condutor a idéia da continuidade, sem grandes traumas e fissuras com o passado colonial e imperial. A aspiração nacional republicana era forjada com o auxílio da idéia da inevitabilidade da República. A República estaria no destino do Brasil desde as experiências históricas do passado. Dezesete constituía um exemplo da existência de uma aspiração republicana que não teria dado certo, porque o Brasil ainda não estava preparado para essa experiência. Seguindo essa linha de pensamento, finalmente havia chegado o momento em que o Brasil havia atingido o amadurecimento necessário para a implantação do regime político mais adequado para alavancar o seu desenvolvimento - a República. Dali para frente o Brasil caminharia em direção à modernização, ao desenvolvimento e ao progresso, rumo à equiparação as nações mais adiantadas da época. A República seria representada como um processo natural inerente ao desenvolvimento da nação.

Um dos elementos que reforçava essa construção de pensamento era o contexto político e econômico da época. O crescente processo de industrialização e urbanização pelo qual estava passando o país, nos últimos anos, dava respaldo ao discurso do progresso e do desenvolvimento, notadamente, no contexto que enredava os últimos acontecimentos da Primeira Guerra, momento em que a euforia nacionalista atingia índices expressivos.

O centenário de Dezesete surge em meio a esse contexto de projeção dos ideais republicanos. A questão era saber como acomodar adequadamente esse conteúdo, potencialmente arriscado, sem que o resultado final fosse o reverso do pretendido e do idealizado. Afinal, a República de 1817 assumiu riscos que a República do começo dos primeiros anos do século XX queria evitar. Como transformar um evento como Dezesete num símbolo que legitimasse a República do presente e que, ao mesmo tempo, contribuísse para a formação de um ideal nacional republicano?

Uma questão fundamental a ser considerada nesse aspecto está na importância crucial da construção do mito de origem, condição fundamental para a legitimação dos mais variados regimes políticos. Interessava ao Estado nacional da época construir narrativas que explicassem as origens republicanas no Brasil. A história nacional deveria se vestir de eventos e personagens que respaldassem a

República do presente, e que, ao mesmo tempo, atendessem as demandas políticas provindas das diferentes regiões do país.

Essa questão da necessidade da construção de um mito de origem para a República no Brasil não era uma novidade nesse princípio do século XX. Tornou-se ainda mais sensível no caso do regime republicano implantado em 1889, cuja grande urgência estava em sua própria legitimidade. Nos primeiros anos da República, os grupos políticos que assumiram o poder se viram diante do grande desafio da construção de um imaginário republicano. A proclamação da República ocorreu por força de um golpe militar, que, na prática, mudou de um dia para o outro o regime político do país, na medida em que pôs em xeque o regime predecessor, sem que esse processo tenha contado com qualquer adesão e aquiescência da sociedade. O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores e de diversas forças políticas que acabaram por se tornarem interessante para a concretização da mudança de regime político.

A ausência de uma tradição republicana no país era, sem dúvida, um obstáculo a ser superado pelas forças políticas que assumiram o poder em 1889. As forças armadas não tinham qualquer histórico de atuação direta nas decisões políticas do país. Era fundamental construir a imagem de uma vocação brasileira ao novo regime. Assim, o esforço de vários intelectuais da época foi o de forjar um ideal republicano, já presente em vários acontecimentos do passado, como os ocorridos no Quilombo dos Palmares, no Movimento dos Mascates, na Conjuração Mineira, na Insurreição Pernambucana de 1817 ou nas revoltas regenciais. Como forma de estratégia, todos esses eventos passaram ser representados como experiências precursoras da República.

No caso da Independência, houve uma relutância inicial em conformá-la como um episódio que pudesse estar inserido na construção desse ideal republicano. O 7 de setembro de 1822 vinha sendo construído como uma data essencial da afirmação nacional sob os moldes do Império. Durante boa parte do século XIX, o projeto de legitimação do Estado monárquico, em que havia sido fundamental o papel do IHGB, a Independência foi situada como o grande marco demarcador da fundação nacional. Os grandes nomes ligados à Independência, como D. Pedro I e José Bonifácio, embora já tenham suscitado grandes controvérsias, sempre tiveram o seu lugar de honra garantido no panteão cívico

dos grandes heróis nacionais construído pela historiografia oficial do Império. Mesmo os debates em torno da legitimidade de algumas homenagens conferidas à figura de D. Pedro I, que aqueceram os espaços de sociabilidade nos anos de 1860³⁹⁴, devem ser compreendidos, tomando-se em consideração, um ambiente crescente de profundas críticas ao governo imperial, notadamente com o crescimento das propagandas abolicionistas e republicanas.

De pronto, podemos dizer que a República tentou destacar a importância do 15 de novembro de 1889 em detrimento do 7 de setembro de 1822. Acreditava-se que a data de maior importância deveria ser aquela que consagrasse a vitória dos anseios republicanos. Naquele primeiro momento, a idéia da superação do passado colonial e imperial deveria se sobrepor ao simbolismo enredado no Império em torno da Independência. A República procurou forjar mitos fundadores para a nova ordem política, sublinhando a importância de eventos históricos do passado, como a Conjuração Mineira e a Insurreição pernambucana de 1817, delineados como aspirações republicanas contra a opressão do governo monárquico.

Nessa conjuntura, destacamos a atuação dos intelectuais ligados ao Instituto Arqueológico Pernambucano, que viram a oportunidade de defender os seus projetos políticos e culturais a favor de Pernambuco. Diante do crescente aumento do prestígio da Conjuração Mineira e da figura de Tiradentes, processo que vinha se delineando nos debates políticos e na historiografia da época, o IAGP passou a investir, cada vez mais, no projeto de sublinhar a importância de Dezanove como evento predecessor da República do presente. Configurava em uma tentativa de diluir o prestígio de São Paulo e de Minas Gerais.

O combate pelo lugar de honra na história nacional que colocava de um lado, os defensores da Conjuração Mineira, e de outro, os defensores da prioridade pernambucana como berço das idéias republicanas no Brasil, pode ser bem ilustrado nos esforços do Major José Domingues Codeceira em defesa da

³⁹⁴Estamos nos referindo principalmente à polêmica que enredou a inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, em 1862. Na época, Teófilo Otoni criticou a inauguração da estátua, chamando-a de “mentira de bronze”. Em 1863, Homem de Melo publicava um texto criticando as atitudes despóticas do Primeiro Imperador (*A Constituinte perante a história*, 1863)

causa de Pernambuco³⁹⁵. Sobre a importância da celebração do 6 de março de 1817 como presságio da República brasileira, Codeceira se pronunciava dizendo que “essa revolução foi completa e pela primeira vez se viu proclamada e tentada a realização de um governo republicano no solo brasileiro, pelos republicanos em sua província”³⁹⁶.

De uma forma geral, podemos dizer que a República elegeu a figura de Tiradentes para representar emblematicamente a figura do herói nacional. O esforço de vários intelectuais da época em positivar a figura de Tiradentes, certamente, contou com o apoio e o incentivo do Estado. Basta lembrarmos que, nos primeiros anos da República, o 21 de abril foi logo promovido a dia de feriado nacional, enquanto o 6 de março de 1817 era lembrado e celebrado apenas como uma das datas importantes do calendário cívico oficial. O destaque aos eventos pernambucanos era uma bandeira dos intelectuais do IAGP, que enredavam os seus argumentos com a finalidade de desprestigiar a Conjuração Mineira e o alferes Tiradentes. Nos jornais pernambucanos, na *Revista do IAGP* e em diversas publicações, os intelectuais defensores da importância da celebração dos movimentos pernambucanos lamentavam o esquecimento da memória dos “heróis” de 1817 e cobravam das autoridades do Estado republicano a reparação de tal “injustiça”. Apesar de o Movimento Pernambucano de 1817 também ter sido situado pela República como símbolo nacional importante, o que os intelectuais pernambucanos reivindicavam era, sobretudo, um lugar de destaque para os heróis pernambucanos na escrita da história nacional.

Em relação aos grupos dirigentes, podemos dizer que, nesses primeiros anos da República, o que mais causava preocupação era a justificação da recente atuação política dos militares. Um exemplo dessa tomada de posição inicial por parte do Estado republicano esteve nos festejos preparados para a comemoração do primeiro aniversário da República, em 1890. Em meio à guerra que se promoveu na imprensa da época, uns destacando os aspectos positivos do regime

³⁹⁵Estamos nos referindo ao texto apresentado no IAGP e no IHGB pelo Major José Domingues Codeceira. “Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional”. Apresentada em sessão extraordinária no IAGP em 6 de Fevereiro de 1890. *Revista do IHGB*, tomo 53, parte 1, Rio de Janeiro, 1890, pp. 327-342. Ver capítulo 2.

³⁹⁶José Domingues Codeceira. “Exposição de fatos históricos...”. *Revista do IAGP*, n.37, 1890, p. 62.

recém implantado, outros promovendo profundas críticas aos grupos políticos da situação³⁹⁷, os partidários da República esmeravam-se em positivar a atuação dos militares nos acontecimentos que culminaram na implantação do novo regime. A construção da idéia de uma harmonia entre os militares e a sociedade estampava os jornais republicanos da época. Algumas manchetes da época, empenharam-se em construir a imagem dos militares e dos populares unidos na grande festa que se fez em torno da comemoração do primeiro aniversário da República³⁹⁸.

Na época, o presidente da República Deodoro da Fonseca aproveitou para situar o 15 de novembro de 1889 como o dia a ser legitimamente celebrado como símbolo maior da nacionalidade brasileira. Em entrevista concedida à *Gazeta de Notícias*, Deodoro aproveitou para destacar a grande importância da comemoração do evento e rebater os intelectuais da época que insistiam em reforçar a tese do povo “bestializado”³⁹⁹, indiferente à mudança de rumo político do país no último dia 15 de novembro⁴⁰⁰.

Aos poucos, a República passou a enquadrar o 7 de setembro como uma data fundamental do calendário oficial, esforçando-se para desvincular a Independência da monarquia. Segundo Gerson Menezes, “desde, pelo menos 1895, a comemoração do 7 de setembro caracterizou-se pelas paradas militares, numa clara intenção de aproximar a festa da República e de romper a identificação entre Independência e Monarquia”⁴⁰¹. O que se verá no século XX será uma reconciliação entre as memórias monarquistas e republicanas em prol do reforço da idéia da unidade nacional⁴⁰².

No centenário da Independência, por exemplo, o poder público organizaria um conjunto de eventos de grande magnitude para festejar em grande estilo o

³⁹⁷ Sobre essa questão consultar o artigo de Carla Siqueira. “A imprensa comemora a República: memórias em luta no dia 15 de novembro de 1890”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, pp.161-181.

³⁹⁸ Carla Siqueira. “A imprensa comemora a República: memórias...”. Op. Cit.

³⁹⁹ Referência à célebre frase de Aristides Lobo que ficou famosa por situar a apatia do povo quando da mudança de regime político. Ver cap.2.

⁴⁰⁰ Carla Siqueira. “A imprensa comemora a República: memórias...”. Op. Cit.

⁴⁰¹ Gerson G. Ledezma Meneses. “Brasil: comemorando o centenário da independência por entre memórias divididas: a disputa entre identidade nacional e identidade regional, 1922” In: <http://www.geocities.ws/gersonledezma/eventos/BrasilPonenciaBuca.pdf> . (Acesso em 26 de janeiro de 2012).

⁴⁰² A esse respeito ver: Noé Freire Sandes. “O IHGB e os cem anos da Independência” In: *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

aniversário da Independência nacional. No IHGB, as comemorações do evento incluíram, entre outras iniciativas, a publicação de uma série de conferências sobre a Independência. Nesses textos, percebemos um grande esforço da Instituição em positivar a imagem de figuras como a de José Bonifácio e a do Imperador D. Pedro I, situados como os protagonistas de um espetáculo que demarcaria o surgimento do Brasil como uma nação independente. Na abertura do congresso, as palavras do presidente do IHGB, Afonso Celso, descreveram a Independência como o presságio do surgimento de uma nação⁴⁰³:

“Personagem Principal: um jovem com menos de 24 anos, ao receber comunicações e conselhos de sua preclara esposa e de um velho sábio, homem de Estado, conjugando-se assim ali a juventude, a experiência e a intuição feminina. Rodeando o príncipe um sacerdote (...), militares, civis, pessoais do povo. Local: sítio desabitado, distante do centro cosmopolita, humilde ribeiro, mas amplas esplanadas, horizontes interminos, a assinalarem simultaneamente a tradição, o aspecto nacional, o porvir ilimitado, a colaboração dos pequenos, a grande massa anônima, bem como a significação, o alcance do grito que, partindo do interior agreste do país, repercutiu por toda a sua enorme extensão”⁴⁰⁴.

Ao narrar a cena do grito do Ipiranga, Afonso Celso parece sublimar o episódio, desenhado por ele como o momento emblemático da fundação da nação brasileira. Em sua descrição estão presentes os “pais fundadores” dessa nação nascente, D. Pedro I e José Bonifácio, este último o “homem de Estado”, o político experiente e grande conselheiro do jovem príncipe. Para lhes dar anuência e legitimação, encontravam-se, no mesmo cenário, a figura de uma mulher, a Igreja, os militares e as pessoas comuns, o povo em geral, que compartilhava o anseio de ver o Brasil como uma nação independente. Afonso Celso situava a Independência como uma inevitabilidade histórica. O elemento nacional era algo que já estava delineado em episódios históricos anteriores, apenas concretizado no momento da Independência.

O que se percebe nos discursos do IHGB, nessa época, é que o Instituto buscava uma forma de homogeneizar sua narrativa histórica, construindo a nação

⁴⁰³Cf Noé Freire Sandes. “O IHGB e os cem anos da Independência” In: ____ . *A Invenção da Nação: Entre a monarquia e a república*. Op. Cit., p.86.

⁴⁰⁴ Afonso Celso. “Discurso”. *Revista do IHGB*. Tomo especial para o *Congresso de História da América*, Rio de Janeiro, 1922, pp.42-44.

a partir da glorificação de seus heróis e pais fundadores. Tal processo se daria conformando o passado monárquico, às demandas e expectativas de um projeto de construção da memória republicana, que naquele momento, na década de vinte, aproveitaria a ocasião propícia do centenário da Independência para consolidar tal empreendimento.

Uma realidade bem diferente daquela que enredava os primeiros anos da República. Naquela época, a estratégia era confrontar os cânones históricos construídos no Império. Logo, os construtores da nação republicana iriam se convencer de que a melhor estratégia seria acomodar a experiência do passado colonial e imperial, numa narrativa de história linear e harmônica. O Império passaria a ser representado como uma etapa necessária do desenvolvimento nacional. A superação dessa etapa, concretizada na República implantada em 1889, também seria representada sem maiores traumas ou rupturas em relação ao passado. Enfim, a melhor “solução” encontrada pela República para a construção de sua história nacional, passava fundamentalmente pela idéia da continuidade. Dessa forma, “assim, como a Independência passara para a memória nacional como um processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rompimentos, o registro da queda do regime guardaria as mesmas características”⁴⁰⁵.

Um exemplo dessa inclinação à idéia da continuidade, presente na narrativa histórica da nação republicana, esteve na permanência da positivação da figura do monarca D. Pedro II. Apesar do fim do Império ter aberto possibilidades de enaltecimento a novas personalidades políticas, a imagem do Imperador, outrora defensor e financiador das pesquisas do IHGB, continuou sendo positivada, detentora das mais honrosas homenagens em tempos de efemérides importantes.

Nas cantigas populares que circulavam no meio social, antes e depois da República, ele era considerado o herói da gente e um filho da terra⁴⁰⁶. Depois de sua morte⁴⁰⁷, o segundo imperador permaneceu figura consagrada, a despeito da

⁴⁰⁵ Lúcia Maria P. Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995, p.546.

⁴⁰⁶ Cf. Lília K. Moritz Schwarcz. “Um fantasma chamado D. Pedro”. In: _____. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

⁴⁰⁷ D. Pedro II morreu de pneumonia num hotel em Paris, em 5 de dezembro de 1891, tendo o seu corpo sido trasladado para Lisboa, onde foi colocado no convento de São Vicente de Fora. Somente em 1920, os restos mortais do segundo imperador vieram para o Brasil, onde foram

queda da monarquia. Continuou presente nas obras historiográficas, nas músicas populares, nas festas e nos assuntos discutidos nas instituições científicas. No IHGB empreendeu-se, a partir de 1892, uma campanha para o retorno dos restos mortais de D. Pedro II, que, na época se encontrava sepultado em Portugal. Em todas as sessões aniversárias do Instituto, D Pedro II era homenageado através de reverências e discursos saudosistas. Nos aniversários de sua morte, o IHGB se mantinha de luto, com as portas fechadas, em respeito à memória de um herói destoante dos novos heróis que a República vinha se esforçando para criar.

A promoção dos festejos do centenário do nascimento de D. Pedro II (1925), por exemplo, foi uma estratégia de conciliação promovida pelo IHGB para conformar o passado monárquico ao projeto de construção da memória republicana. Nos escritos que aparecem no número especial da *Revista do IHGB* organizado para homenagear o aniversário do monarca que havia sido, durante muito tempo, o grande protetor e financiador da Instituição, D. Pedro II aparece descrito como “um homem culto e bom, na mais alta extensão dos vocábulos”⁴⁰⁸, muito voltado às idéias liberais e mais adiantadas para a época. Muito se destacou os aspectos positivos de sua personalidade, como a sua inteligência e o seu senso de justiça, além do carisma e a popularidade que lhe eram peculiares. Mesmo entre os republicanos mais convictos, as qualidades do imperador foram ressaltadas no mais alto tom de admiração:

“O meu republicanismo não me impede de proclamar a verdade. Não existisse o povo convencido das grandes qualidades do imperador, certamente o seu reinado não teria demorado tanto tempo”⁴⁰⁹.

Entre os críticos assumidos do sistema republicano, como Oliveira Vianna, D. Pedro II era, antes de tudo, um democrata, um patriota, um homem comprometido com a vontade popular posto que “o pensamento que o animava sempre foi o de uma participação igual no poder de todos os elementos capazes do

depositados na catedral do Rio de Janeiro e depois transferidos para a catedral de Petrópolis, onde se encontra sepultado.

⁴⁰⁸ Braz do Amaral. “O Imperador e a Proclamação da República”. *Revista do IHGB*, tomo 98, v.152, Rio de Janeiro, 1925, pp. 455-480.

⁴⁰⁹ Antônio Azeredo. “O Imperador e a República”. *Revista do IHGB*, tomo 98, v.152, Rio de Janeiro, 1925.

país”⁴¹⁰. A monarquia era tida um agente da integração e da legalização nacionais, um verdadeiro administrador do processo de cristalização de uma consciência nacional⁴¹¹.

Essa representação acerca da instituição monárquica, que, a despeito das transformações políticas, permaneceu com a implantação da República, garantiu que D. Pedro II não se transformasse num vilão desenhado nas letras da história oficial. Embora tenha havido uma preocupação do IHGB em traçar novas estratégias para enquadrar-se à nova conjuntura da República, a imagem de D. Pedro II permaneceu respeitada. O IHGB nunca teve a intenção de traçar rupturas indelévels com o Império, mas sim, uma disposição em conformar o passado monárquico ao novo projeto de construção da memória nacional. Em boa parte dos discursos publicados na *Revista do IHGB*, a permanência do sistema monárquico após a Independência política apareceu representada como um elemento necessário para a manutenção da unidade nacional. A opção pela República viria naturalmente como consequência de uma evolução política e social do país.

Alguns textos chegaram a afirmar a consciência do Imperador, quanto ao fato da inevitabilidade da República. Agenor de Roure⁴¹², por exemplo, destacou como uma das principais proezas de D. Pedro II, sua capacidade de conciliar realeza com aspirações republicanas. Disse, inclusive, que o Imperador já teria concordado com a Federação nos tempos do Império, não da mesma forma com que essa idéia quase passou na Assembléia Constituinte de 1890/1891, ou seja, com propostas de quebra da unidade do direito, da moeda e da religião, mas antes de tudo, prezando pela unidade nacional.

Mesmo quando o intuito era apontar os defeitos do imperador, alguns intelectuais optaram por assinalar a culpabilidade dos conselheiros imperiais. Oliveira Vianna, por exemplo, irá dizer que aqueles que cercaram o Imperador teriam sido os verdadeiros responsáveis pelos males cometidos no Império:

⁴¹⁰ Oliveira Vianna. “D. Pedro e a propaganda republicana”. *Revista do IHGB*, tomo 98, v.152, Rio de Janeiro, 1925.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Agenor de Roure. “O Brasil em 1889”. *Revista do IHGB*, tomo 98, v.152, Rio de Janeiro, 1925.

“Os males não vinham dele [do Imperador]. Vinham deles, os ministros, chefes de partidos, políticos do centro e das províncias e a quem o Imperador confiava a execução do seu pensamento liberal.”⁴¹³.

Uma outra questão a se considerar nesse processo de valorização do passado monárquico, muito característico dos anos vinte do século XX, diz respeito a um momento de desilusão em relação à República. O *Ocaso do Império*, publicado em 1925, como parte integrante das celebrações do centenário do nascimento de D. Pedro II, é um bom exemplo dessa afirmativa. Atendendo a uma encomenda de Max Fleiuss, na época secretário perpétuo do IHGB, Oliveira Vianna propôs no *Ocaso* uma análise política acerca dos motivos que teriam conduzido a desagregação da monarquia e a implantação do sistema político republicano, de forma a expor a sua ideologia e as suas ponderações diante da onda de descontentamentos ao regime republicano que se asseveraram a partir dos anos 20. O momento não poderia ser mais propício. Tanto monarquistas quanto republicanos estavam desiludidos com os caminhos que percorrera a República até aquele momento, um período lotado de instabilidades e contradições quanto às aplicações práticas daquilo que se legalizou na Constituição de 1891.

A discussão acerca da revogação da lei do banimento da família imperial, e o conseqüente retorno dos restos mortais de Pedro II ao Brasil, ilustra bem a dimensão política e ideológica do momento. Não só os monarquistas, mas também muitos republicanos, imprimiam severas críticas ao governo, voltando-se então a sublimar as qualidades do Antigo Regime e da instituição monárquica. Na época, Oliveira Vianna atribuiu à monarquia “a solução do problema de nossa unidade política para os construtores da nacionalidade”⁴¹⁴. Em sua concepção, a realza havia sido a “chave-mestra” de todo o mecanismo do governo nacional, na medida em que ela teria viabilizado a unificação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal. A queda da monarquia abria uma ameaça à manutenção da unidade política, visto que “toda a nação torna-se então uma coletividade de super-excitados, extremamente sugestionáveis e suscetíveis, em cuja consciência se podem lançar os melhores germens da ordem , como os piores fermentos da

⁴¹³ Ibid., p. 417.

⁴¹⁴ Oliveira Vianna. *A evolução do povo brasileiro*. [1ª edição 1922], 3ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, p.288.

anarquia”⁴¹⁵. Sobre o sistema republicano, Oliveira Vianna ainda ponderou o seguinte:

“o novo sistema organizado pelos constituintes republicanos dá, é certo, ao presidente da República, poderes que evidentemente são superiores aos dos soberanos nas monarquias constitucionais: dir-se-á que o tornam um verdadeiro autocrata ou um ditador. E, realmente, assim o tem sido, senão tanto pelo espírito da lei, ao menos pelas práticas consagradas. Não se removem 50 anos de centralização e imperialismo”⁴¹⁶.

A despeito das claras concepções políticas de Oliveira Vianna, o que se percebe é que o contexto dos anos vinte seria marcado por um grande clima de descontentamento em relação aos rumos políticos percorridos pela República até aquele momento. Situação sensivelmente diferente do clima de otimismo difundido pelos meios intelectuais que haviam resolvido aderir à causa republicana apenas há alguns anos atrás.

Nos primeiros anos da República, o novo sistema político era descrito como a prova da evolução da sociedade no seu caminho ascendente em direção à modernização. Mesmo assim, o passado imperial não foi representado como uma “mancha” transposta com a República, mas sim, como uma fase necessária e importante da história nacional. Em 1900, o sócio e conselheiro do IHGB, Manoel Francisco Correia, discursava sobre a importância da celebração das datas importantes em um país “que se orgulha[va] de sua história, mas que mant[inha] os olhos no futuro”⁴¹⁷. Na ocasião ele destacou a necessidade da celebração dos principais eventos ocorridos da história do Brasil independente, em sua opinião, a Independência e a República:

“Há na história dos povos datas especialmente memoráveis. No Brasil independente não há datas mais salientes que, primeiro a da fundação do Império; segundo a da fundação da República”⁴¹⁸.

⁴¹⁵ Ibid., 319.

⁴¹⁶ Ibid., p. 317.

⁴¹⁷ Manoel Francisco Correia. “Complemento à memória lida na sessão de 8 de abril de 1892 e publicada na parte II do tomo LV d’esta Revista. Lida na sessão de 9 de novembro de 1900”. *Revista do IHGB*, v. 63, parte 2, Rio de Janeiro, 1900, p.193.

⁴¹⁸ Manoel Francisco Correia. “Complemento à memória...” Op. Cit., p.193.

Manoel Francisco Correa enaltecia a Independência, colocando-a no mesmo patamar de importância conferido ao recente momento da fundação da República. A associação imediata que se estabelecia entre o grito do Ipiranga e a emancipação nacional passaria a ser uma constante nos discursos do IHGB, dali por diante, e, de uma certa forma, estaria presente como um mito, nas publicações dos livros didáticos de ensino fundamental e médio, no século XX.

A consagração de uma leitura idealizada de um Império liberal e ordeiro pode ser explicada, em parte, pela permanência no poder de alguns grupos dominantes herdados do Império. Não interessava a esses grupos, uma abrupta ruptura com o recente passado monárquico. Era preciso empreender, antes de tudo, a estabilização política depois da mudança de regime.

Assim, o esforço de conciliação entre a República e o antigo regime, mantinha a memória de D. Pedro II intacta, na medida em que esta era retratada como o grande símbolo do patriotismo, apesar dos novos tempos republicanos. Até mesmo quando o assunto era narrar os últimos momentos de D. Pedro II no poder, algumas descrições das características pessoais do imperador ressaltavam a sua personalidade serena e sensata, características peculiares de um homem tranqüilo, que teria se resignado sem cólera ou despeito, diante dos acontecimentos que acabariam por destituí-lo da condição de governante e representante mor dos anseios da nação⁴¹⁹.

A manutenção da instituição monárquica depois da Independência não foi vista como um entrave. Homens como D. João VI, D. Pedro I e José Bonifácio eram considerados homens de visão, na medida em que teriam contribuído para o processo que culminou na libertação formal do Brasil de sua metrópole portuguesa. A Independência seria representada como o passo fundamental, marco fundador da nação brasileira e símbolo da inserção do Brasil no rol das nações independentes.

As necessidades impostas pela produção do interesse nacional e pela positivação da República, fizeram com que episódios e personagens fossem

⁴¹⁹ Ao narrar os últimos momentos antes da deposição do imperador, Manoel Francisco Correia destacou sua abnegação diante do curso dos acontecimentos - uma característica previsível para um homem que tinha a consciência da inevitabilidade da evolução de uma sociedade. In: Manoel Francisco Correia. "Complemento à memória...". Op. Cit.

reinterpretados, de forma a se harmonizarem com o recente passado imperial, como uma espécie de pacto entre tradição e modernidade. O novo processo de construção dos caminhos da nacionalidade brasileira deveria considerar o Império como legado, não como um contraponto negativo. A própria elaboração institucional do novo regime incorporaria vários padrões e valores políticos que já existiam durante a monarquia. Muitos homens, ligados à máquina estatal imperial, tomaram assento na nova engrenagem política advinda com a ordem republicana federalista.

A intenção da República não era, pois, contrapor-se ao Império, mas reorganizar antigos pressupostos e integrá-los ao novo regime. Até mesmo os símbolos cívicos adotados na República não tiveram a preocupação de ensejar grandes rupturas em relação ao recente passado monárquico. É o caso, por exemplo, da bandeira nacional escolhida para representar a República implantada em 1889. A campanha de transformação do sistema de governo sugeria mudanças que dessem conta do novo momento político que substituíra a fase monárquica. Apesar disso, muitos dos projetos apresentados para a nova bandeira, mantinham representações contidas no pendão do Império.

Se compararmos a bandeira do Império, à bandeira escolhida para representar a República de 1889, é possível perceber muitas permanências, e algumas diferenças. A bandeira brasileira encomendada pelo Imperador, por exemplo, foi concebida por Jean Baptiste Debret (1768-1848). Tinha um campo verde com um losango amarelo inscrito. Sobre o losango, um escudo e a coroa imperial. Inscrita no escudo, em campo verde, a esfera armilar de ouro, atravessada pela cruz da Ordem de Cristo. Ao redor, dezenove estrelas de prata sobre uma orla azul, que representavam as províncias. Ladeavam o escudo, um ramo de café e um de tabaco, símbolos das riquezas agrícolas do país.

Na fase republicana, o verde-amarelo, que já contava na bandeira imperial⁴²⁰, foi conservado em sua mesma disposição: o losango de ouro em campo de esmeralda. A inovação ficou por conta da esfera azul celeste, das

⁴²⁰ Não se sabe ao certo, mas alguns historiadores crêem que o verde que constava na bandeira imperial seria o da casa de Bragança, dinastia portuguesa desde 1640 até 1910, da qual descendia Dom Pedro. O amarelo representaria a casa de Habsburgo-Lorena, nobre família da Áustria à qual pertencia Dona Maria Leopoldina, primeira esposa de Dom Pedro I.

estrelas e do lema “ordem e progresso”. Em artigo publicado no *Diário Oficial* de 24 de novembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes⁴²¹, artífice vencedor do projeto da bandeira nacional republicana, disse que o círculo azul em que estava inscrita a faixa *Ordem e Progresso* trazia à memória a “esfera armilar” e, portanto, o período do Brasil-Reino. As cores, azul e branca, lembravam a fase do Brasil-Colônia. Já as estrelas, contidas no lábaro de sua autoria, representariam o céu do Rio de Janeiro, na madrugada histórica de 15 de novembro de 1889. E a frase que estampava a bandeira havia sido inspirada nas idéias do filósofo positivista Augusto Comte (1798-1857), cujo pensamento era admirado e seguido por grande parte dos republicanos da época.

A manutenção de alguns traços da bandeira imperial no novo pendão, símbolo da República, pode ser compreendida como uma tentativa de conciliar símbolos já estabelecidos, com outros novos, que ainda estavam em frágil fase de consolidação. A coroa portuguesa da bandeira imperial permaneceu na bandeira do Brasil, mesmo após 1822, permanecendo desta forma, até a implantação do sistema republicano. Após 1889, o símbolo da coroa portuguesa sai de cena, mas a semelhança com a bandeira imperial permanece, demonstrando pouca preocupação do governo republicano em demarcar abruptas diferenças em relação ao recente passado imperial.

Em relação aos institutos de históricos locais, podemos dizer que, de um modo geral, o projeto de harmonização com o passado monárquico também permaneceu. O que variava, em relação aos discursos do IHGB, era o critério na eleição dos mitos da fundação da nação brasileira. No caso do Instituto Pernambucano, a controvérsia em relação à escolha da Conjuração Mineira e de Tiradentes, como símbolos precursores da nacionalidade brasileira, era mesmo a reivindicação mais latente. Para os intelectuais do IAGP, os prenúncios da nacionalidade do país já estavam presentes nas ações dos heróis que teriam lutado pela Restauração do jugo batavo, no século XVII, na Guerra dos Mascates, no XVIII, e no movimento de 1817.

⁴²¹ Apud *A história na ponta do mastro*. Novo Conhecer - Brasil - Volume I . São Paulo: Abril Cultural, 1977.

Enfim, os projetos de narrativa histórica engendrados pelos intelectuais deveriam se preocupar, sobretudo, com a idéia da continuidade no tempo. A República seria representada como o amadurecimento natural de uma sociedade que também deveria se orgulhar de seu passado. Assim, utilizando-se a estratégia dos rituais, das comemorações e da confecção dos símbolos, concretizava-se a invenção, a divulgação e a imposição de crenças e ideologias na instância social, para serem respeitadas e também para serem adaptadas às vocações da sociedade.

Nos círculos intelectuais localizados no centro de decisões do país, esse projeto elegeria seus símbolos pensando em agradar a maior parte possível dos interesses particulares. Havia alguma aceitação em relação às reivindicações memoriais provindas dos grupos políticos de outras regiões. Reconhecia-se a importância de perfilhar os feitos de Pernambuco, os de São Paulo, os de Minas Gerais, os do Rio Grande do Sul, etc. Mas, era preciso respeitar, em primeiro lugar, os interesses do Estado e as demandas provindas dos grupos políticos das regiões mais influentes do país. Os símbolos e heróis provindos dos vários estados da Federação teriam espaço à medida que pudessem ser conformados num projeto de construção de um ideal nacional, cujos grandes árbitros seriam o Estado e os seus aliados.

Já nos ambientes intelectuais que representavam os discursos dissonantes, havia a urgência da busca por maiores espaços políticos, econômicos e simbólicos. As insígnias oficiais eleitas para representarem a República foram, algumas vezes, rechaçadas ou, postas em segundo plano, em prol do que mais lhes interessava ressaltar. Contudo, tal perspectiva não significou, necessariamente, uma afronta direta aos símbolos nacionais oficiais. Algumas vezes, esses discursos assumiam a estratégia da sutileza, utilizavam a tática do “silêncio”, ou, mesmo a divulgação daquilo que poderia ser considerado eminentemente “seu”, visando o objetivo de se integrar ao “nosso”, isto é, o referido a “todos” os cidadãos da nação.

A própria efeméride de 1922 foi pouco comemorada no IAGP, notadamente, se a compararmos às festividades organizadas pelo IHGB e pelo próprio governo da capital da República. O Instituto Pernambucano não dedicou nenhum número especial de sua revista para a comemoração do centenário da Independência. A estratégia era ressaltar 1817 como a origem das idéias de

liberdade, de autonomia e de independência. O destaque ao evento da Independência viu-se substituído pela ênfase na experiência de Pernambuco, a qual teria imputado ao Brasil, com alguma antecedência, a idéia de superar real e formalmente a sua condição colonial.

Tal perspectiva já estava presente no livro de Pereira da Costa, *Pernambuco nas lutas emancipacionistas da Bahia em 1822-1823*, impresso em Pernambuco em 1900, onde o autor preferiu recuperar a memória dos heróis da Restauração na abordagem de um evento do começo do século XIX. Utilizando as palavras do comandante do exército Falcão de Lacerda, que teria lutado na Bahia pela causa da Independência, Pereira da Costa destacava a importância da herança dos heróis pernambucanos para o sucesso do processo de Independência na Bahia:

“Como seríamos indiferentes a este aviltamento tão abominável, nós os brasileiros, cujas cabeças o sol coroa de seus raios e habitantes do país do ouro e dos diamantes, dotado de hereditário valor dos Vidaes, Camarões e Negreiros que, com pequenas forças, lançaram os intrépidos batavos deste rico Continente”⁴²².

Em outro momento da obra, Pereira da Costa resolveu enfatizar a importância do apoio dado por Pernambuco, às tropas de libertação da Bahia no processo de consolidação da Independência:

“Brilha como estrela de primeira grandeza e em que tanto se exaltou a valentia indômita das tropas de Pernambuco, que foram precursoras, cheias de entusiasmo e patriotismo, inscrever com o seu valor e heroísmo essa brilhante página da nossa história nacional - a libertação da Bahia.”⁴²³.

O fato de Pereira da Costa ter preferido ressaltar o papel desempenhado por Pernambuco no processo de “libertação” da Bahia era, no mínimo sintomático, para não dizer, tendencioso. Também o fato de o IAGP não ter dado qualquer importância especial ao centenário da Independência, enquanto o IHGB se desdobrava em esforços para destacar a importância do episódio, mostrava o quanto era latente a disputa pela posse das tradições nacionais. O principal motivo

⁴²² Francisco Augusto Pereira da Costa. *Pernambuco nas lutas emancipacionistas da Bahia em 1822-1823*. Recife: Tip. do Jornal do Recife, 1900, p.24.

⁴²³ Francisco Augusto Pereira da Costa. *Pernambuco nas lutas emancipacionistas...* Op. Cit., p.59.

do silêncio em relação ao centenário da Independência era, certamente, o propósito de reafirmar as convicções do Instituto Pernambuco, preocupadas em positivar os eventos que trariam mais prestígio para Pernambuco. Dois anos mais tarde, nos cem anos da Confederação do Equador, essa intenção pareceria se confirmar ainda mais. A exaltação dos feitos pernambucanos era um projeto que estava em primeiro lugar. E o momento era oportuno, na medida em que a “vocação republicana” de Pernambuco poderia ser reconhecida como mérito para a região.

Mas independente da inclina o dos discursos, se representavam os interesses dos grupos políticos e intelectuais pernambucanos, ou se representavam os interesses do principal centro político e econômico do país, algo que parecia comum aos dois pólos de interesses, era a inten o de fazer parte do novo ideário cívico republicano, e, se possível, em posi o de destaque. Ao Estado cabia o papel fundamental de conformar as diferentes expectativas desses grupos políticos em disputa.

Uma questão importante a ser considerada   que o caminho para a legitima o do novo sistema político tinha também o objetivo mais amplo da divulga o e da dissemina o dos novos símbolos da na o republicana. A redefini o dos cânones da história nacional não teria sentido se não fossem viabilizadas estratégias eficazes para a dispersão dos valores nacionais. Mas como entronizar na coletividade os novos eventos e personagens que compunham o novo ideário republicano? A escola, os livros e os jornais poderiam ser um instrumento importante na afirma o dos valores dos novos tempos. Mas como pensar nessa possibilidade num país em que a maioria da popula o comum era analfabeta? Segundo os estudos de José Murilo de Carvalho, cerca de 85% da popula o era de analfabetos, no contexto dos primeiros anos da implanta o da Rep blica⁴²⁴. Dentre os quais, muitos eram proprietários rurais e donos de estabelecimentos comerciais bem sucedidos.

Pensando na urgente necessidade de se resolver esse problema, alguns intelectuais da época resolveram levantar a bandeira da reforma do ensino escolar

⁴²⁴ In: José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2010, p.32.

elementar. Esse poderia ser um caminho viável para a divulgação de um ideário nacional republicano, que a médio e longo prazos, poderia contribuir para a própria sobrevivência e afirmação do novo sistema político. O analfabetismo era considerado por vários intelectuais da época como um verdadeiro empecilho para o progresso do Brasil.

É preciso considerarmos que o debate sobre o desenvolvimento do ensino no país relacionava-se à possibilidade de uma maior amplitude na aquisição dos direitos políticos. Desde a reforma eleitoral de 1881⁴²⁵, passando por uma ratificação com a Constituição de 1891⁴²⁶, grande parte da população ficava impossibilitada de influir diretamente nas eleições, já que a maioria era analfabeta. Essa era uma discussão que aquecia os debates políticos e intelectuais da época e dividia opiniões.

Para os partidários da necessidade de um maior investimento na educação da população, a educação seria um caminho importante para fortalecer o sentimento de nacionalidade no povo. O conhecimento do passado histórico exerceria o papel fundamental de manter o povo unido em seus mesmos antecedentes políticos, suas lembranças e seu orgulho coletivo. Fatores como identidade de raça, linguagem, religião e limites geográficos seriam insuficientes para a existência de um sentimento de nacionalidade plenamente constituído. A posse de uma história nacional, em que muito pese a importância do papel da educação na construção de uma nação, seria o fator principal para manter um grupo de homens unidos por laços de simpatia e por sentimentos de pertença a uma mesma comunidade.

Uma questão importante a ser considerada nessa discussão, muito recorrente nos círculos intelectuais da Primeira República brasileira, era o fato de que o processo de construção de identidade nacional extrapolava os próprios limites dos institutos históricos. Afinal o processo de construção de uma cultura cívico-patriótica dependia não só da re-elaboração da escrita da história nacional, mas

⁴²⁵Lei Saraiva, proposta por Rui Barbosa. A lei estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas, acabando com a eleição em dois graus e a distinção restritiva entre votantes e eleitores. Mantinha-se a exigência de uma renda mínima, e a restrição do voto a alguns grupos sociais, como os analfabetos.

⁴²⁶A Constituição de 1891 excluiu do direito ao voto grupos sociais como os analfabetos, as mulheres e os indigentes.

sobretudo, da eficácia de sua divulgação. A história deveria, antes de tudo, ser “ensinável”⁴²⁷, isto é, ser pragmática, comprometida com o presente⁴²⁸. Ser edificadora de exemplos e lições morais fornecidas pelo passado. Mais do que científica, a história deveria cumprir a sua função pedagógica. Deveria ser contada através de narrativas coerentes e de fácil assimilação. A pedagogia da nacionalidade era fundamental para que os grandes heróis presentes nas narrativas históricas cumprissem o seu papel essencial - servir de modelo de conduta ao senso comum.

A idéia da educação nacional era comum a muitos intelectuais da época, notadamente àqueles, declaradamente, de inclinação republicana. Tal projeto deveria ser vinculado em espaços onde houvesse a possibilidade da difusão das comemorações cívicas, dos eventos e dos heróis representantes da nação. Através das escolas, livros, monumentos e museus, vislumbra-se o planejamento de uma educação nacional e patriótica. Esse projeto de tom nacionalista e progressista era veiculado por um estado republicano que se pretendia liberal, e que operacionalizava estratégias para reviver e comemorar os seus símbolos.

Um elemento-chave na formação do caráter do “cidadão” e no desenvolvimento das virtudes morais e cívicas republicanas esteve na maior preocupação em sistematizar o conteúdo e as práticas pedagógicas da escola primária. A criação do ministério da Instrução Pública⁴²⁹, logo nos primeiros anos da República, já antevia a preocupação do Estado em dar conta dos novos direcionamentos que seriam necessários à educação elementar⁴³⁰.

⁴²⁷ O termo foi utilizado por Ângela Maria de Castro Gomes. In: ____ “República e História do Brasil: Viriato Corrêa e uma história ensinável”. In: Dalva Carolina Yazbeck; Marlos Bessa Mendes da Rocha. (Org.). *Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. 1 ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, v. 1, p. 9-20. Fernando Catroga também utilizou essa expressão. In: ____ “O magistério da história e exemplaridade do grande homem. A biografia em Oliveira Martins”. In: A. Péres Jiménez; J. Ribeiro Ferreira e Maria do Céu Fialho. (ed.) *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Málaga, 2004.

⁴²⁸ Cf Sobre a idéia de história pragmática ver: Temístocles César. “Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: Sandra J. Pesavento (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, Edusc, 2004, entre outros trabalhos.

⁴²⁹ Brasil, Decreto nº 377-A, art. 3º, de 05/05/1890. Em 1892, a instrução passou a ser responsabilidade do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (Brasil, Decreto nº 1160, de 06/12/1892).

⁴³⁰ Sobre o assunto ver, entre outros: Ângela de Castro Gomes, “A escola republicana: entre luzes e sombras”. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti [coordenação Américo Freire et al.], *A República no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC/FGV, 2002;

Em sua tese de doutorado, Patrícia Hansen⁴³¹ destacou o papel central da escola primária na divulgação de mensagens de conteúdo patriótico, calendários cívicos e regras de comportamento social desejáveis. A autora procurou demonstrar que a escola viabilizava mensagens de conteúdo moralizante através de práticas diversas, como a recomendação de leituras específicas que realçavam para a criança e para as suas famílias, o valor da disciplina, do amor à pátria e das virtudes cívicas.

Fora do âmbito escolar, o debate sobre a reconstrução da nação através da reforma da escola primária era recorrente entre os intelectuais da Primeira República. A obra do paraense José Veríssimo, *A Educação Nacional* (1890), publicada também sob a forma de artigos no *Jornal do Brasil*, em 1892, constituía um exemplo emblemático dessa assertiva⁴³². Nessa obra, Erico Veríssimo seguia sua defesa pela excelência na instrução brasileira, criticando entre outras coisas, a gerência autônoma entre os estados da Federação garantida pela Constituição de 1891. O argumento principal do autor era situar o papel principal da história - o de grande difusor dos valores pátrios.

Citando as idéias de Ernest Rénan (1823-1892), uma grande referência na época, Veríssimo apregoava a idéia de que o sentimento de pertença unia os povos e incentivava o desenvolvimento nacional. Reforçar a idéia de posse de um passado comum e de um legado de tradições, era condição indispensável a uma nação que se pretendesse próspera, no caminho para o seu desenvolvimento. A produção desse sentimento nacional deveria se dar, antes de tudo, pela educação do povo. Somente através da construção do “cidadão” seria possível o sucesso do regime político instaurado em 1889. A grande preocupação de Veríssimo era, portanto, a veiculação do conhecimento histórico. O conhecimento das origens da

Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi. Educação Escolar na Primeira República, memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*; Marcos Cezar Freitas, “Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos”. In: Maria Stepanhou; Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III, séc. XX, Petrópolis, Vozes, 2005, p. 165-181.

⁴³¹ Patrícia Hansen. “Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

⁴³² Ângela de Castro Gomes. “José Veríssimo e a educação nacional: história pátria e cultura política republicana”. In: Cláudia E. Cury; Elio C. Flores; Raimundo B. Cordeiro Jr.. (Org.). *Cultura histórica e historiografia*. 1 ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

história nacional era situado como o elemento que despertaria no povo um sentimento fortalecido de nacionalidade.

Segundo José Murilo de Carvalho⁴³³, o que teria motivado, nessa época, essa grande preocupação com a construção nacional por meio da educação teria sido a falta de acordo quanto à própria feição da identidade nacional. E nessa questão, o autor tem razão. Não havia unanimidade quanto aos caminhos mais adequados para se construir uma identidade nacional republicana. Diversos políticos e intelectuais da época expuseram suas propostas sobre como se deveriam operar essas questões. O que o pensamento desses homens tinha em comum era apenas o discurso da modernidade e da cientificidade. O caminho para garantir o desenvolvimento nacional não era unânime, e frequentemente, esse tema era alvo de controvérsias.

Dialogando com a obra de Veríssimo, podemos citar o trabalho de Silvio Romero, *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis, didática* (1890), obra que também constituiu um bom exemplo de como os intelectuais da Primeira República se empenharam na tarefa de situar a história à sua responsabilidade de formar cidadãos que a República necessitava. Silvio Romero, que, a propósito, era membro do IHGB⁴³⁴, pretendeu com essa obra divulgar a idéia da responsabilidade da história como fator de influência no comportamento dos indivíduos de uma nação. Em sua perspectiva, a biografia dos grandes homens era considerada um caminho interessante para ensinar as virtudes cívicas ao povo.

Nessa época, alguns exemplos de autores que produziram manuais didáticos e livros de leitura destinados especificamente ao ensino primário e secundário foram Afrânio Peixoto, com suas obras *Noções de hygiene: livro de leitura para as escolas* (1914) e *Minha terra, minha gente*, (1915); Rocha Pombo, autor de *Nossa pátria* (1917), além de *Contos pátrios* (1904) e *Pátria brasileira* (1909), de Olavo Bilac e Coelho Neto, estas duas últimas, de grande utilização nas escolas do ensino primário de todo o país. O enquadramento de livros para formar

⁴³³ José Murilo de Carvalho. “Nações imaginadas”. In: _____. *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

⁴³⁴ Sobre as obras de história da educação produzidas por sócios e membros do IHGB, consultar o trabalho de Diana G. Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual”. In: _____. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

cidadãos e servir à constituição de um imaginário republicano, era delineado por autores e intelectuais que se dispunham a essa tarefa. O apoio e incentivo do Estado contribuía para o sucesso editorial dessas publicações.

Fora do público alvo específico das escolas poderíamos citar também a obra do Conde Affonso Celso, *Por que me ufano do meu país* (1900), escrito em comemoração aos quatro séculos do Descobrimento do Brasil. Na obra que suscitou críticas e elogios por parte da intelectualidade da época, o autor faz uma ampla explanação das riquezas e potencialidades do país. O ufanismo de Affonso Celso se contrapunha, na época, a uma corrente de intelectuais que tenderam a negativizar a natureza brasileira, como Paulo Prado e Euclides da Cunha. Além de exaltar as belezas naturais do país e de positivar a miscigenação como melhor caminho para o desenvolvimento nacional, o autor não deixou de reverenciar, em sua obra, os grandes “fastos” da história do nacional, como o papel desempenhado pelos bandeirantes, o grande significado da Independência nacional e o grande homem que teria sido o imperador D. Pedro II. A obra constituía uma verdadeira imputação de civismo e patriotismo e reverberou entre os seus contemporâneos como uma importante referência quando assunto era a positivação das “grandezas” do país.

O esforço do poder público no investimento da educação básica, nesse começo do século XX, deixava à mostra toda a preocupação dos governos republicanos em consolidar a imagem dos novos ícones e valores da história nacional. Os livros didáticos, o ensino da história, as datas comemorativas, as efemérides nacionais e os rituais cívicos republicanos tornaram-se rapidamente elementos decisivos, que começaram a ser difundidos na cultura escolar com o propósito de servir ao fortalecimento da nação.

Quanto ao papel específico desempenhado pelos institutos históricos, podemos dizer que os seus membros associados viviam intensamente esse clima efervescente de afirmação dos valores cívicos republicanos. Os heróis nacionais eram freqüentemente visitados na intenção de afiançar os valores sociais desejáveis naquela sociedade. Em relação aos eventos pernambucanos, podemos dizer que, em geral, a intelectualidade da época tendeu a destacar positivamente a importância simbólica desses eventos.

Mas será que o IHGB e o IAGP perceberam a importância da celebração desses eventos da mesma forma? Certamente que não. Os discursos e trabalhos publicados nessas instituições devem ser compreendidos como elementos que evidenciavam as tensões e intenções presentes nesse universo intelectual. O momento era estratégico para refazer a escrita da história e para repensar a importância dos heróis e eventos que iriam assumir valor decisivo para a redefinição da nacionalidade brasileira. O debate em torno da recriação da narrativa histórica e sua importância no processo de invenção de uma tradição política republicana era corrente nos debates dessas instituições. No caso específico do IHGB havia a urgência na recomposição de sua prática historiográfica e de seu discurso. Após o conturbado período dos primeiros anos da República, marcadamente, nos primeiros governos civis, o IHGB concentrava-se na sua recuperação, na superação dos novos desafios para garantir a sua sobrevivência, sem o apoio e o mecenato do Estado Imperial. A adaptação aos novos tempos significava a revisão de alguns parâmetros historiográficos.

Segundo as apreciações de Ângela de Castro Gomes⁴³⁵ foi, mais ou menos entre 1907 e 1912, o maior investimento político e intelectual do IHGB no esforço para readaptar o seu discurso historiográfico. O ano de 1907 marcou o começo da gestão do Barão do Rio Branco, nessa época já ministro das relações exteriores da República. Em 1912 assumiu o Conde Afonso Celso, que depois da morte de Rio Branco passou a assumir o comando do IHGB até 1938, já no contexto do Estado Novo. Foi nesse período que o IHGB redefiniu o seu novo papel e reconquistou o seu lugar como Instituição oficial para escrita da história nacional. Os debates sobre a produção de história e memória nacionais produzidos no IHGB assumiam, cada vez mais, uma importância fundamental para a vida política e intelectual do país. A Instituição constituía um lugar de sociabilidade central para a troca de idéias políticas e debates acerca do presente e do futuro da nação.

Para o IAGP, o começo do século XX marcou um período particularmente difícil para a Instituição. O antigo salão do Convento do Carmo, que abrigava a sede do Instituto desde a sua fundação, serviu aos seus propósitos até 1874,

⁴³⁵ Ângela de Castro Gomes. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

quando o IAGP passou a funcionar no espaço da Escola Pública, na Praça da Concórdia. Apesar desse lugar ter sido formalmente transformado em sede do Instituto Arqueológico em 1879, em 1911, uma contenda entre o governo estadual e os diretores do Instituto acabou com a demolição do prédio que abrigava as suas instalações. O IAGP só voltaria a ter uma nova sede nos anos vinte, depois que, por intermediação da administração de Mário Melo, o governador de Pernambuco Manuel Borba concordou em ceder o prédio localizado na rua Visconde de Camaragibe, atual rua do Hospício, sede do Instituto Pernambucano até hoje⁴³⁶. Até então, muitos encontros e sessões do IAGP ocorriam nas salas do *Diário de Pernambuco*, importante veículo de divulgação das idéias que circulavam entre os membros da Instituição.

Independente dos problemas organizacionais e financeiros da Instituição Pernambucana nesse começo do século XX, a República trouxe mais espaço para que fossem empreendidas novas estratégias, com a finalidade de sublinhar a importância de Pernambuco no cenário da história nacional. A necessidade da criação de cultura cívica republicana garantiu novos direcionamentos à historiografia do IAGP, até então muito restrita ao relevo dos heróis da Restauração Pernambucana. Todo o esforço e empenho do IAGP para organizar os festejos do centenário da República de 1817 inserem-se nesse novo momento vivido pela Instituição. Aqueles grupos políticos e intelectuais queriam garantir o seu lugar, no grande processo de negociação que abarcava a re-elaboração da história e da memória nacionais.

O objetivo das próximas linhas é exatamente perceber as semelhanças, as diferenças e as tensões presentes nas falas dos membros ligados a essas duas instituições. A importância desse exercício está na compreensão das disputas por memória protagonizadas pelos intelectuais diretamente ligados a importantes interesses políticos e econômicos da época. Os institutos históricos e geográficos funcionavam também como espaços de disputas entre regiões influentes. No caso específico dos institutos locais, chamamos a atenção para o modo como eles

⁴³⁶ Cf Guilherme Auler. “Os cem anos do Instituto Arqueológico”. Separata da *RIHGB*, v.254, jan-març, 1962.

procuravam inserir determinadas tradições regionais no panorama da história e da memória nacionais, de preferência com destaque.

O que pretendemos é revisitar um universo de relações pessoais, institucionais e políticas, protagonizado por homens que representavam interesses de grupo, mas que também expressavam os seus próprios interesses pessoais, profissionais e os seus pontos de vista. Muitas vezes, a defesa desses pontos de vista ocasionou discussões que evidenciaram divergências e conflitos de interesses. Cooptavam diferentes visões acerca do melhor caminho a ser escolhido para a árdua tarefa da construção nacional. Essas discussões não se davam apenas entre os representantes dessas duas instituições, mas também entre as outras instituições históricas locais, em suas relações entre si e com a Instituição matriz, o IHGB. No caso dos Institutos Históricos do Nordeste, havia entre eles um clima de disputa entre famílias e também entre os estados da região. Tal situação se traduzia, freqüentemente, numa espécie de competição de memórias concorrentes. Por vezes, havia também intensas discussões entre os intelectuais filiados a um mesmo Instituto. Afinal, a rede de intelectuais reunidos nessas instituições também significava disputa de cargos e prestígio dentro e fora desses espaços.

Os debates e os discursos políticos produzidos por esses intelectuais devem ser entendidos levando-se em consideração os intercâmbios produzidos nesses locais de sociabilidade e de troca de idéias. A figura do intelectual, nesse caso, funcionava como agente produtor de bens simbólicos, intimamente ligado aos debates políticos que tentavam dar conta dos caminhos e destinos da nação.

Esses homens, que se dispuseram à tarefa da escrita da história, assumiam elos de identidade ou de rejeição. Esse pequeno mundo intelectual constituía um jogo em que era fundamental assumir posições, tomar partido na defesa de suas idéias. Os sentidos e os significados das historiografias dos Institutos estavam diretamente relacionados a esse jogo de posições assumido nesses espaços institucionais. O que para alguns era considerado positivo, para outros, poderia não ser. Às vezes, um mesmo evento era positivado em vários discursos, mas de forma diferente, seja em sua abrangência, ou alcance. Certamente esse era o caso dos eventos pernambucanos ocorridos nos primeiros anos do século XX. Apesar deles terem sido positivados por vários intelectuais da época, o que se percebe é que os membros do IAGP reivindicavam para Pernambuco, um patamar de

importância mais alto no contexto da história nacional. Apesar de a historiografia oficial republicana ter reconhecido a importância dos eventos pernambucanos, os intelectuais pernambucanos viam o momento propício para viabilizar os seus projetos políticos, econômicos e pessoais.

Os nomes ligados ao IAGP perfaziam uma rede de políticos e intelectuais influentes na sociedade pernambucana que extrapolava os próprios limites da Instituição. Isso acontecia também porque os círculos de sociabilidade se misturavam. A Academia Pernambucana de Letras (APL), por exemplo, abrigou, desde a sua fundação, em 1901, muitos sócios do Instituto Pernambucano. O Monsenhor Muniz Tavares, que foi primeiro presidente do IAGP, foi o patrono da cadeira de número 9 da APL. Alguns dos fundadores da APL foram Pereira da Costa, J. B. Regueira da Costa e Carneiro Vilela. Nos anos vinte, ingressaram também Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho, José Higino e Mário Melo. Todos também tiveram os seus nomes ligados ao Instituto Arqueológico. Outro espaço importante que abrigava os membros do IAGP era o *Diário de Pernambuco*. Boa parte dos membros do IAGP escreveu para o periódico recifense. Desde os primórdios da instauração do Instituto Arqueológico, o *Diário de Pernambuco*, constituía um veículo de divulgação importante para as questões e as urgências do IAGP.

Tendo em vista todas essas questões, torna-se mais claro entender como esses homens perceberam a importância da celebração do centenário do Movimento Pernambucano de Dezesete. Compreender de que maneira eles situaram a comemoração do evento no contexto da necessidade da eleição dos novos símbolos da nação republicana. Como cada Instituto celebrou esse centenário? Qual a solução encontrada para enquadrar Dezesete como um episódio importante na construção de um ideal nacional republicano sem acionar o seu conteúdo potencialmente perigoso? Havia também o medo de uma República por demais radical de democrática⁴³⁷. Daí a urgência no redimensionamento das narrativas históricas já escritas, adequando-as aos jogos políticos da República. Como esses homens significaram o passado, tendo em

⁴³⁷ Cf Ângela de Castro Gomes. *A República, a história e o IHGB*. Op. Cit.

vista as expectativas do presente? Essas são algumas das principais questões que nortearão as próximas considerações.

3.1.

O IHGB e os Institutos Históricos e Geográficos locais: algumas dissensões importantes

Os temas da chamada “história regional” sempre tiveram um espaço reservado nos artigos da *Revista do IHGB*. No Império, o objetivo desse projeto era a elaboração de uma narrativa nacional, que procurava atribuir sentido e significado às heterogeneidades regionais, sob o forte argumento da contribuição à manutenção da integridade do território nacional. Naquela época, a idéia era produzir um discurso homogêneo que pudesse integrar as regiões em torno de uma única narrativa de história nacional. Através de um projeto de história geral e totalizante, a intenção era produzir uma narrativa que acoplasse e unisse todas as regiões em torno de um único projeto de construção nacional nos moldes e expectativas do Império.

A abordagem de assuntos como a Restauração Pernambucana, a Conjuração Mineira, o Movimento Pernambucano de 1817 e a Confederação do Equador esbarravam no “obstáculo” representado pelo projeto de identidade nacional engendrado pelo governo imperial, qual seja, a manutenção dos valores da ordem e da integridade do Império. Afinal, esses eventos ocorreram como formas de insubordinação às ordens políticas de seu tempo e, desse modo, eram tratados com cuidado e cautela pela historiografia oficial. O modelo de história *Magistra Vitae* (mestra da vida) implicava a imputação de uma responsabilidade especial à história – ensejar condutas desejáveis ao coletivo social. O exemplo dos grandes homens da história deveria tornar-se um modelo de espelho para o comportamento do homem comum, por isso o necessário cuidado quando o assunto era tratar temas considerados “inadequados”, a fim de incentivar padrões de comportamento desejáveis aos indivíduos daquela sociedade.

A respeito desses temas tidos como “inadequados”, muitas vezes considerados também como “subversivos”, os autores do IHGB assumiram, em geral, a postura de atenuarem a sua importância, interpretando esses episódios

como fatos “insignificantes” para a história nacional. Outros eventos, como o Descobrimento do Brasil e a Independência, eram considerados mais valorosos, na medida em que eram mais condizentes à ótica de um modelo de história nacional, que primava, antes de tudo, pela construção de uma “história pátria” que atuasse auxiliando as expectativas de manutenção da ordem e da unidade nacional do Império.

O surgimento dos institutos históricos locais trouxe outras alternativas a esse modelo de narrativa histórica totalizante preconizada pelo IHGB. No caso do IAGP, fundado em 1862, a intenção de seus fundadores era reescrever a história de Pernambuco sob outro ponto de vista, não mais atrelado à visão de uma história globalizante, mas que, sobretudo, ressaltasse a importância histórica da região nos destinos da nação. Essa postura de reivindicação, presente nos discursos da Instituição Pernambucana, abarcava não só o campo da historiografia, mas objetivava influir, de forma contundente, nas instâncias política e econômica.

Através de uma nova proposta de narrativa histórica para o Brasil, a intenção dos membros fundadores do IAGP era a busca de maior prestígio para Pernambuco, a fim de auxiliar na superação dos entraves e das dificuldades que, já há algum tempo, assolavam aquela região, notadamente, com a mudança do eixo político e econômico do país para o Centro-Sul. Essa expectativa pode ser percebida, nas palavras de Antônio Rangel Torres Bandeira, que, cerca de dois anos antes da instauração do Instituto Arqueológico havia sugerido nas páginas do *Diário de Pernambuco* a criação de uma sociedade especificamente preocupada com o estudo das antiguidades da província pernambucana. Em seus argumentos, “o Instituto, como o conhecemos, seria um passo seguro, no progresso moral e natural da província a que pertencemos”⁴³⁸.

A primeira fase do IAGP foi marcada pela grande influência da figura emblemática de Francisco Muniz Tavares, que havia sido participante da “revolução” de 1817. O autor de *A história da revolução de Pernambuco em 1817* (1840) foi sócio fundador do IAGP e seu primeiro presidente. Nessa primeira fase, o Instituto Arqueológico caracterizou-se pela afirmação dos objetivos da

⁴³⁸ *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de fevereiro de 1860.

Instituição, bem como a organização do seu funcionamento administrativo e a viabilização de seus projetos historiográficos, como a implantação de sua *Revista*, a composição dos seus primeiros estatutos, etc. A *Revista do IAGP* foi publicada ininterruptamente do número 1 ao 27, de outubro de 1863 a abril de 1870. A partir daí, as publicações tornaram-se menos regulares, tendo chegado a parar por um período de 7 anos, entre os anos de 1877 e 1884.

A segunda fase do Instituto Arqueológico, correspondente aos anos 70 e 80, pode ser considerada um período difícil na história da Instituição. A falta de recursos financeiros e alguns conflitos protagonizados pelos membros do IAGP repercutiram na própria dificuldade da manutenção das atividades normais da Instituição. Nessa fase, a atuação de nomes como João Baptista Regueira Costa e José Domingues Codeceira conduziria o perfil da Instituição nos próximos anos. Apesar das adversidades, uma grande conquista do Instituto realizada nesse período foi a repercussão positiva da missão de José Higino nos arquivos holandeses, ocorrida entre os anos de 1885 e 1886.

Na época, o IAGP havia entrado com um pedido de subvenção à pesquisa de José Higino junto ao governo central. O pedido foi negado, mas José Higino acabou prosseguindo sua pesquisa nos arquivos de Haia sem o apoio do governo imperial. Quando os resultados da pesquisa foram publicados *no Diário de Pernambuco* e na *Revista do IAGP*, o IAGP colhia os frutos positivos para o prestígio da Instituição.

O fim do sistema monárquico traria novo fôlego às discussões em torno da questão nacional, bem como melhor forma de conduzir a legitimação do novo sistema republicano. Nos primeiros anos da República, o IAGP ficou em evidência por causa da repercussão suscitada pela polêmica enredada pelo sócio Codeceira, que, na época, protagonizou uma forte controvérsia contestando a promulgação do 21 de abril, dia da morte do alferes Tiradentes, como feriado nacional⁴³⁹.

Em 1897, Alfredo de Carvalho foi admitido como sócio do Instituto Arqueológico, protagonizando, a partir de então, uma nova fase nos direcionamentos e na historiografia do IAGP. Os novos tempos republicanos

⁴³⁹ Ver capítulo 2.

estavam deixando para trás uma era em que a história pernambucana deveria assumir seu papel de destaque numa história nacional contada sob os auspícios do Império. Havia chegado o momento da redefinição dos cânones da história nacional e os intelectuais do IAGP viviam o momento da oportunidade de garantir para Pernambuco a glória de ser situado como o lugar da origem da idéia de República no Brasil.

Na esteira dessa nova conjuntura, os eventos e heróis pernambucanos passaram ser realçados como elementos precursores do novo regime político. Nos anos de 1900, o IAGP demonstrava, cada vez mais, o seu interesse em promover iniciativas que aproximassem a Instituição das expectativas dos governos republicanos. Um exemplo dessa assertiva foi a adesão do IAGP às comemorações do calendário oficial republicano, como o quarto centenário da Descoberta do Brasil, os aniversários da abolição da escravidão e da instauração do regime republicano. Na virada do século XIX para o século XX, os valores, símbolos e insígnias da República passaram a ser veementemente positivados nos discursos do IAGP.

Em 1910, o IAGP entrava na fase da influência de Mário Melo. Foi ele o responsável pela aquisição do prédio na Rua do Hospício para as instalações do IAGP, conseguido devido às suas boas relações com o governador de Pernambuco Manuel Borba. Mário Melo era considerado, por seus contemporâneos, como o grande idealizador do projeto das comemorações do centenário de 1817, mas a sua morte, praticamente às vésperas do evento, em 1916, o impediu de prosseguir à frente dos últimos preparativos para a festa. Oliveira Lima, que havia chegado a pouco dos Estados Unidos, acabou sendo escolhido para conduzir e prosseguir com essa missão.

A escolha de Oliveira Lima para substituir Mário Melo constituiu uma estratégia do IAGP para conferir legitimidade ao evento. O pernambucano Oliveira Lima entrou para o IAGP como sócio honorário em 1904, portanto, já no começo do século XX, quando o Instituto tentava utilizar a seu favor, o viés republicano dos movimentos pernambucanos ocorridos no começo do século XIX. Oliveira Lima já era um homem influente, diplomata, que havia vivido em vários

países, em razão de sua função⁴⁴⁰. Já havia sido editor e colaborador em periódicos importantes no Recife, em Lisboa e no Rio de Janeiro, como a *Revista Correio do Brasil*, o *Jornal do Recife*, a *Revista do Brasil* e o *Jornal do Comércio*.

Na mesma época em que foi aceito como sócio no Instituto Pernambuco, Oliveira Lima iniciou sua colaboração com os jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de Pernambuco*, escritos que posteriormente seriam reunidos nas obras *Pan-americanismo* (1907) e *Impressões da América Espanhola* (póstuma, 1953). Grande parte desses escritos foi produzida no período de sua participação na legação brasileira em Caracas, na Venezuela.

A trajetória da carreira de Oliveira de Lima até a sua vinculação ao IAGP, e seu posterior aceite ao cargo de presidente da comissão dos festejos do centenário de 1817, foi permeado por idas e vindas entre o Brasil e o exterior. Em meio a todas as suas missões, podemos assinalar suas relações de conflito com alguns colegas e superiores do corpo diplomático, além das suas relações de amizade e inimizade com alguns historiadores do IHGB.

Já nos primeiros anos da República, Oliveira Lima havia sido nomeado para o serviço no corpo diplomático brasileiro, logo indo servir em Portugal, e, em 1892, em Berlim. Três anos depois, Oliveira Lima lançaria a sua primeira obra historiográfica, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (1895) e garantiria o seu lugar como sócio correspondente do IHGB. Em 1896, Oliveira Lima foi promovido pelo ministro Carlos Carvalho ao cargo de primeiro-secretário, partindo em seguida para a legação brasileira em Washington. Nos Estados Unidos, Oliveira Lima publicou *Nos Estados Unidos: Impressões políticas e sociais* (1899), uma obra que buscou mostrar sua impressão positiva sobre a política e a sociedade americanas - uma prévia de sua simpatia nutrida pela *Doutrina de Monroe*, visão essa, que sofreria mudanças com o passar dos anos.

Em fins de 1899, Oliveira Lima foi transferido compulsoriamente para a embaixada brasileira em Londres. Em razão de alguns desentendimentos com a

⁴⁴⁰ Algumas biografias de Oliveira Lima podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: Teresa Malatian. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001; Fernando da Cruz Gouveia. *Oliveira Lima: Uma biografia*. Recife: IAHGP, 1976. Sobre o caso específico da atuação de Oliveira Lima na legação do Japão, ressaltamos o trabalho de Bernardino da Cunha Freitas Abreu. "Oliveira Lima: um olhar brasileiro no Japão". Dissertação de mestrado, UERJ, 2008.

chefia da legação nos Estados Unidos, a cargo de Assis Brasil, Oliveira Lima vai servir em Londres, onde irá influenciar em algumas negociações do Brasil que resultariam no “funding loan”, estratégia do governo de Campos Sales para socorrer a frágil economia brasileira pautada da economia agro-exportadora de café. A equipe diplomática em Londres nessa época era chefiada por Joaquim Nabuco, com quem Oliveira Lima estreita relações de amizade e de troca de idéias.

Durante a sua estadia em Londres, Oliveira Lima iniciou algumas pesquisas no Museu Britânico. Coordenado e auxiliado por Joaquim Nabuco, a missão de Oliveira Lima, em sua pesquisa nos arquivos de Londres, era conseguir elementos que pudessem auxiliar nas negociações do Brasil com a Inglaterra, a respeito das fronteiras com a Guiana Inglesa. Na época, Oliveira Lima trocava muitas correspondências com o IHGB, principalmente com Capistrano de Abreu, com quem manteve contato por cartas até 1901, quando foi transferido para Tóquio. Também em 1901, Oliveira Lima foi admitido como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), onde encontraria respaldo para muitos de seus escritos que iriam positivar o papel dos bandeirantes na história nacional.

A permanência de Oliveira Lima no Japão resultou na produção de *No Japão - impressões da terra e da gente*, obra em que Oliveira Lima escreve sobre o processo de ocidentalização no Japão e sobre a possibilidade do Japão destacar-se, dali por diante, como uma potência mundial. Nessa época, Oliveira Lima também redigiu dois artigos para a *Revista do IHGB*. Um sobre Robert Southey⁴⁴¹, publicado em 1905, e outro intitulado *O Imperador e os sábios*⁴⁴², o círculo de relações pessoais do imperador Dom Pedro II, que seria publicado em 1925.

Em 1902, Oliveira Lima é designado à contra gosto para chefiar a legação do Brasil em Lima, no Peru, a fim de auxiliar as negociações na questão do Acre. A indicação partiu do Barão do Rio Branco, que havia assumido recentemente o

⁴⁴¹ Francisco de Oliveira Lima. “Robert Southey”. *Revista do IHGB*, tomo 68, Volume 112, 1905. pp. 231 - 252.

⁴⁴² Francisco de Oliveira Lima. “O Imperador e os sábios”. *Revista do IHGB*, tomo 98, Volume 152, 1925. pp. 145 - 149.

cargo de ministro das relações exteriores. Em 1903, Oliveira Lima retornava ao Rio de Janeiro para tentar adiar a sua missão no Peru e também para tomar assento na cadeira número 39 da Academia Brasileira de Letras.

As conturbadas relações entre Oliveira Lima e o Barão do Rio Branco, postas a partir daquele momento, tornam-se particularmente interessantes, para a compreensão das complexas redes de sociabilidade que envolviam homens de Estado e de letras, nesse começo do século XX. Na política, nos jornais, nas publicações e nas instituições culturais, esses homens protagonizavam relações de amizade e hostilidade, delineando tramas que envolviam troca de favores e intrigas.

A política externa sob o comando do Barão do Rio Branco sustentava-se sob o difícil equilíbrio entre uma simpatia pela política expansionista norte-americana, e os compromissos do Brasil com as principais potências européias da época, notadamente com a Inglaterra. Oliveira Lima havia mudado de idéia quanto a sua simpatia em relação à Doutrina Monroe, em parte devido a sua participação nas legações de Tóquio e Caracas. Alinhava-se contra as diretrizes políticas da gestão do ministro Barão do Rio Branco, adotando uma postura veementemente anti-pan-americanista.

Nessa mesma época, Oliveira Lima acabou rompendo com dois intelectuais brasileiros ligados ao IHGB - Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu. Joaquim Nabuco, que era declaradamente americanista, passou a sofrer duras críticas por parte de Oliveira Lima. Em relação a Capistrano, não se sabe ao certo o motivo⁴⁴³, mas Oliveira Lima acabou publicando, em 1907, uma crítica contundente aos *Capítulos de História Colonial*, que Capistrano havia sido publicado em 1907. Capistrano devolveu a crítica, expondo suas impressões negativas à obra *D. João VI no Brasil (1808-1821)*, trabalho que Oliveira Lima havia publicado em 1908, encomendado pelo IHGB, para a narração do reinado D. João VI. As críticas de Capistrano a Oliveira Lima também se estenderam a *O Reconhecimento do Império* (1901), obra de Oliveira Lima que Capistrano teria considerado “superficial”.

⁴⁴³ Segundo Teresa Malatian, Capistrano de Abreu alinhava-se ao pan-americanismo como o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco. In: Teresa Malatian. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

A indisposição de Oliveira Lima com o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Capistrano logo seria assunto nos círculos de conversa do IHGB, notadamente porque, a partir de 1907, o Barão do Rio Branco passou a assumir a presidência do IHGB (sua gestão iria até 1912). A partir daí, as relações de Oliveira Lima com o IHGB iria passar por altos e baixos. A troca de farpas entre Oliveira Lima e alguns membros da Instituição iria causar grandes desconfortos, troca de críticas e ofensas pessoais.

A partir daí, as relações entre Oliveira Lima e os membros do IAGP tornavam-se cada vez mais próximas. Em 1906 e 1908 Oliveira Lima ainda seria designado para exercer suas últimas funções diplomáticas, a primeira em Bruxelas, a segunda em Estocolmo. Em 1913, Oliveira Lima se aposentava de suas funções diplomáticas, passando a se dedicar às atividades acadêmicas e ao pronunciamento de conferências, tendo sido admitido, inclusive, como professor de Direito Internacional da Catholic University of América.

Na época em foi convidado a assumir o lugar de Mário Melo na presidência da comissão de festejos do centenário de 1817, Oliveira Lima já havia se tornado uma referência entre intelectuais e políticos brasileiros. Entre os intelectuais pernambucanos, seu nome havia tomado grande importância por causa da repercussão positiva da obra *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, escrita no começo de sua carreira. Dentre outras temáticas fundamentais para divulgar a importância dos eventos históricos ocorridos em Pernambuco, a obra de Oliveira Lima situava o movimento de 1817 como um episódio imprescindível à história nacional. Em suas ponderações, Oliveira Lima tentava desconstruir a imagem do movimento separatista, situando 1817 como uma das provas de que Pernambuco já preconizava a defesa de idéias liberais e democráticas, no começo do século XIX.

Uma prática recorrente nas obras de Oliveira Lima era vincular a República de 1817 a um projeto de Independência nacional, que teria se concretizado alguns anos mais tarde, em 1822. De uma forma geral, sua visão histórica buscava conciliar a valorização do passado colonial e monárquico, transitando entre a valorização de algumas figuras emblemáticas ligadas à monarquia e à posituação dos eventos históricos pernambucanos. Ao mesmo tempo em que elogiava figuras como D. João VI, Oliveira Lima positivava a ação dos pernambucanos que

havam se aventurado no empreendimento de implantar um governo republicano, em plena vigência da ordem política joanina.

Em *D. João VI no Brasil (1808-1821)*, por exemplo, Oliveira Lima empenhou-se na incumbência de uma franca positividade à figura de D. João:

“D. João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda é, um rei popular. Da dinastia nacional continua ele a ser o favorito. D. Pedro I impõe-se pela sua energia e bravura; D. Pedro II inspira mais veneração e fervor pela sua elevação moral e acrisolado patriotismo, mas com D. João VI o sentimento público faz menos cerimônia. Olha-o com uma ternura em que entram uma certa dose de reconhecimento, um pouquinho de compaixão e uns toques de proteção”⁴⁴⁴.

Em suas impressões, Oliveira Lima situava D. João como o verdadeiro “fundador da nacionalidade brasileira”, aquele que mais teria se aproximado dos anseios populares. D. João era retratado como um homem que detinha grande estima pelo povo, destituído de qualquer deslumbre pela pompa real. Sua maior qualidade teria sido a consciência da “inevitabilidade” da Independência do Brasil. Segundo os argumentos de Oliveira Lima, ao ter se proposto a traçar reformas que buscavam arrefecer os ânimos entre colonos e colonizadores, D. João teria mostrado o quanto compreendia a dimensão do processo que estava em andamento. Embora essa postura tenha provocado desagrado aos grupos políticos dominantes portugueses, D. João teria optado por cultivar a sua crescente popularidade no Brasil, através de medidas que buscaram agradar as aspirações nacionais. Assim, segundo Oliveira Lima, seria injusto taxar a política reformista de D. João de ineficiente:

“Culpar D. João VI de não haver sido muito mais do que um monarca intencionado e taxar de modesta a sua obra reformadora, seriam duas graves injustiças de que os Brasileiros não podem assumir a responsabilidade, tanto mais quanto no estrangeiro se teve imediatamente a compreensão nítida do valor do empreendimento”⁴⁴⁵.

⁴⁴⁴ Manuel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Typ. do Comércio de Rodrigues & C., 1908.

⁴⁴⁵ Manuel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. Op. Cit., p. 63.

Oliveira Lima se referia à ampla repercussão que as medidas reformistas de D. João tinham tido na imprensa europeia da época. Em sua perspectiva, o que se colocava para D. João, era a opção entre a lealdade dinástica e o seu apreço pela causa do Brasil. Durante a maior parte de seu governo, o monarca teria prosseguido com um equilíbrio entre essas duas opções, tendo optado, por fim, pela causa brasileira:

“D. João VI não foi o que se pode chamar um grande soberano, de quem seja lícito referir brilhantes proezas militares ou golpes audaciosos de administração: o que fez, o que conseguiu, e não foi afinal pouco, fel-o [sic] e conseguiu-o [sic] no entanto pelo exercício de dois predicados que cada um deles denota superioridade: um de caráter, a bondade, o outro de inteligência, o senso prático, ou de governo. Foi brando e sagaz, insinuante e precavido, afável e pertinaz”⁴⁴⁶.

Para Oliveira Lima, D. João VI figuraria como o soberano português que teria aberto as portas para a Independência nacional brasileira. O curso dos acontecimentos o teriam empurrado a deixar o Brasil sob a responsabilidade de seu filho, futuro D. Pedro I, que, a seu ver, não mereceria tanto reconhecimento, quanto o seu pai.

Sua tendência em positivar algumas figuras intimamente ligadas ao Império custou a Oliveira Lima a fama de monarquista. Mas o fato é que, embora seja verdade que ele tenha positivado figuras intimamente ligadas à monarquia, Oliveira Lima sempre defendeu a importância do reconhecimento dos feitos pernambucanos. Em vários de seus escritos, Oliveira Lima cumpria bem o seu papel de eminente pernambucano - o de positivar a importância histórica da região, em seu papel decisivo para o desenvolvimento dos caminhos da nacionalidade brasileira. E não seria diferente quando resolveu assumir a presidência da organização dos festejos do centenário de Dezesete.

3.1.1. Os Institutos Históricos de São Paulo e de Minas Gerais

⁴⁴⁶ Manuel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. Op. Cit., vol. 2, p.939.

Seguindo o caminho aberto pelo IAGP, surgiram outros institutos históricos locais. Com a República e o crescente aumento da importância do eixo econômico dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, era inevitável a iniciativa dos grupos políticos ligados a esses estados em fundar os seus próprios espaços institucionais para a promoção e divulgação de seus símbolos e heróis.

Em São Paulo, a idéia de pátria brasileira imputada pela historiografia do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) amparava-se sob o discurso da pátria paulista, reproduzido através das narrativas que exaltavam o desempenho de São Paulo nos momentos históricos considerados fundamentais para a fundação da nação brasileira. A fundação do IHGSP, em 1894⁴⁴⁷, já em tempos de República, inaugurou uma nova forma de sistematização dos estudos históricos e geográficos daquela região, imprimindo no debate da questão nacional, o ponto de vista paulista.

Políticos e “homens de letras” como Eduardo Prado, Aureliano Leite, Afonso de Escagnolle Taunay, Paulo Prado, e, mais tarde, na década de 20, intelectuais como Alfredo Elias Júnior, Aroldo de Azevedo e Roberto Simonsen iriam proferir discursos que reivindicavam para São Paulo, um papel de relevo na história e na memória nacionais. Vozes provindas de outros estados também aderiram a esse projeto. Escreveram para a Instituição Paulista, homens como Capistrano de Abreu, João Pandiá Calógeras e Basílio de Magalhães. Esses autores eram movidos pela missão de escrever a história paulista, inserindo-a como base para a criação de um enredo nacional, diferente daquele, escrito até então, pela historiografia imperial. Eles queriam visitar os marcos da nacionalidade com os seus próprios olhos, numa perspectiva diversa daqueles debates indianistas e regionalistas do século XIX, ao mesmo tempo em que pretendiam buscar novas alternativas à nova narrativa histórica produzida no IHGB, e nos outros institutos regionais, no momento pós-República.

O debate interposto pelas instituições históricas deve ser compreendido dentro de uma perspectiva mais ampla, abarcando também as querelas entre os

⁴⁴⁷ Sobre o IHGSP ver: Antônio Celso Ferreira. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica - 1870, 1940*. São Paulo: Unesp, 2002; Cylaine Maria das Neves. “A representação da fundação da Vila de São Paulo de Piratininga na RIHGSP”. In: _____. *A vila de São Paulo de Piratininga. Fundação e representação*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

grupos políticos dos estados, e não só entre as instituições⁴⁴⁸. Havia mais que uma disputa por representações memoriais, mas também uma luta por interesses políticos e econômicos, que abrangia questões como a busca de prestígio intelectual e científico, e mesmo, a disputa por cargos no aparelho do Estado. No caso específico dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, devemos situar como fator potencializador desse clima de tensão entre esses grupos políticos, a crescente hegemonia política de São Paulo no conjunto da Federação, principalmente, na segunda década do século XX. A narrativa da história do Brasil que se interpôs na *RIHGSP* visava legitimar o lugar de prestígio de São Paulo, já conquistado nos campos político e econômico, graças à cultura cafeeira.

Assim, imbuídos dessa missão de “reparação” da memória paulista frente aos caminhos que perpassaram a construção da memória nacional até aquele momento, esses “homens de letras” buscaram contestar a licitude dos heróis e eventos eleitos como importantes pela história oficial. Não é por outra razão que será gestada, no IHGSP, uma releitura da figura do bandeirante, na intenção de elevá-lo à condição de construtor da nação brasileira. Na historiografia paulista, os bandeirantes passaram a ser descritos como os autênticos responsáveis pela configuração geográfica e a grandeza do país, sendo representados como os “desbravadores” do sertão, os verdadeiros construtores da nacionalidade brasileira.

Manejando as idéias do positivismo e das teorias evolucionistas sociais e do meio, o Instituto Paulista ia desenhando os contornos de uma história pautada na idéia de que, estaria em São Paulo, o berço da nação brasileira, e que a progressiva posição de liderança política, que então se delineava para os paulistas, era um caminho “natural” para aquela região. Seus discursos se caracterizaram pela intencionalidade de se construir um passado épico, o qual, as misturas étnicas resultantes do encontro entre brancos e índios, possibilitadas pelas bandeiras, constituiriam um elemento fundamental na construção da nacionalidade brasileira.

Já em Minas Gerais, o discurso da pátria mineira buscou sua afirmação no universo da pátria /nação brasileira, através do resgate de temas da história

⁴⁴⁸ Lília Schwarcz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

colonial. A preocupação com o resgate das “origens” presentes na história de Minas, e a sua importância para a história nacional, era a tônica principal que movia os discursos intelectuais depois da queda do Império. Sob a influência das perspectivas positivistas e científicas que ambientavam o ideário político intelectual da época, surgiam publicações e artigos de circulação efêmera, que buscavam retratar as linhas de povoamento das vilas e freguesias mineiras dos tempos coloniais, a fim de valorizar as circunstâncias e personalidades locais da época.

Nos primeiros anos da República, em 1895, foi inaugurado o Arquivo Público Mineiro (APM)⁴⁴⁹, órgão que iniciou a revitalização de uma história particularmente mineira, preocupada em focalizar o local e o regional, no intuito de destacar o papel de Minas na jovem Federação brasileira. As *Efemérides Mineiras* (1897) - obra que abordou os aspectos administrativos da Capitania e da Província de Minas Gerais - escrita pelo fundador do APM, José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), que era sobrinho de Evaristo da Veiga, reforçava uma forte tendência da historiografia mineira em optar por assuntos do passado colonial. A *História de Minas* (publicada entre 1901-1918), de Diogo de Vasconcelos (1843-1927)⁴⁵⁰, apontava a continuidade dessa proposta historiográfica, que se fundamentava no discurso da busca das origens históricas de Minas, sempre buscando “inventar” um passado glorioso, o qual, Minas desempenharia um papel essencial nas origens da verdadeira nacionalidade brasileira.

A fundação do APM marcou o início da construção e organização da memória mineira. Através do estabelecimento de círculos sociais, José Pedro Xavier da Veiga firmou uma rede de correspondentes empenhados na tarefa de selecionar e enviar para o arquivo, documentos históricos considerados importantes para a história de Minas. Segundo Marisa Ribeiro da Silva⁴⁵¹, esses correspondentes eram, em sua maioria, políticos importantes (cerca de 90 % já

⁴⁴⁹ Sobre o assunto ver: Bruno Franco Medeiros & Valdeci Lopes de Araújo. “A história de Minas como a história do Brasil”. *Revista do APM*, v. 43, fasc. 1, Belo Horizonte, Jan/Jun de 2007; Álvaro de Araújo Antunes & Marco Antônio Silveira. “Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano 2, nº 1, Mariana, março de 2007.

⁴⁵⁰ Diogo de Vasconcelos foi membro do IHGB, do futuro Instituto Histórico Mineiro (IHGMG), do IHGSP e da Academia Brasileira de Letras.

⁴⁵¹ Marisa Ribeiro da Silva. “O artífice da memória”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 43, fasc. 1, Belo Horizonte, Jan/Jun de 2007, pp. 74-91.

tinham assumido, pelo menos uma vez, cargos públicos como o de deputado ou de vereador). A maior parte também exercia outras profissões, acumulando funções como advogados, médicos, professores, jornalistas e fazendeiros. Muitos estavam filiados ao Partido Republicano Mineiro (PRM), embora vários não fossem declaradamente republicanos antes do fim do Império. A República trouxe a necessidade da sobrevivência política desses políticos, que, independente das convicções que expressaram anteriormente, estavam dispostos a reenquadrarem-se diante da nova conjuntura política do país.

Xavier da Veiga teve o cuidado de trazer para o APM, homens de grande destaque no cenário político de Minas e também no cenário nacional, como o presidente de Minas, na época, Chrispim Jacques Bias Fortes e Fernando Leite Pereira, que foi vice-presidente de Minas e braço direito do presidente Floriano Peixoto, tendo assumido várias pastas ministeriais junto ao governo federal. João Pinheiro da Silva, nomeado governador de Minas em 1890 e eleito presidente do Estado entre 1906 e 1910, também fez parte da lista de ilustres correspondentes do APM, este que seria, posteriormente, o principal articulador da fundação do instituto histórico mineiro. A preocupação de Xavier da Veiga em estabelecer um círculo social de políticos influentes, reunidos com o propósito de perpetuação da memória de Minas, mostrava a intenção da legitimação do Estado mineiro frente ao conjunto da Federação.

Em 1907, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) marcaria o amadurecimento desse projeto, estando ligados a ele, nomes como João Pinheiro (presidente do estado de Minas, nessa época), Diogo de Vasconcelos, Augusto de Lima, Carlos Otoni, Nelson de Sena e Aurélio Pires. A proposta do Instituto Histórico Mineiro era o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos que reformulassem os parâmetros da história nacional, buscando resgatar a nacionalidade no passado de Minas. Dentro dessa perspectiva, a República não poderia ser vista apenas como um evento recente, devendo ser compreendida como uma “evolução natural” dos acontecimentos históricos do passado. A origem do ideário republicano brasileiro estaria, dessa forma, presente em Minas, nas idéias que embasaram a Conjuração Mineira. A Independência política, a abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República teriam sido

desdobramentos das idéias liberais preconizadas pelos inconfidentes mineiros, trazendo para Minas o título de lugar de “origem” da nacionalidade brasileira.

Em linhas gerais, o IHGMG teve como principal objetivo enaltecer a figura de Tiradentes, representado nas linhas do Instituto Mineiro como o grande herói nacional que teria se sacrificado com a morte, ao ter defendido idéias cujo conteúdo iria delinear as bases com se desenvolveria a nação brasileira. O discurso também visava destacar o caráter mineiro da figura de Tiradentes como uma forma de atribuir valor àquela região, estratégia de reforço à reivindicação de prioridade da nacionalidade para o estado mineiro. No trecho do discurso proferido por Aurélio Pires, em sessão comemorativa de 21 de abril de 1927, podemos ter uma idéia do que se tratava:

“É por isto, meus senhores, que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, um de cujos fins precípuos é investigar e coligir documentos concernentes à história de nosso Estado; é por isto que esta associação, cônica de que a comemoração do nosso passado é a melhor preparação do futuro, vos convocou hoje, aqui, para comemormos uma de nossas datas máximas, para relembrarmos um acontecimento que derrama luz intensa nas páginas dos nossos fastos, para evocarmos a figura escultural, épica, apostolar, do imortal montanhês, do excelso mártir, de Tiradentes, enfim, cujo nome, tendo já transposto as galerias da história, se incorporou ao nosso patrimônio moral, ingressou no escínio opulento das caras tradições do livre povo mineiro”⁴⁵².

Sob o ponto de vista político, foi João Pinheiro⁴⁵³ o principal responsável pelo desafio de justificar o predomínio econômico e político de Minas Gerais no sistema federalista implantado depois da instalação da República. Na busca de novos rumos que garantissem maior progresso para o Estado, João Pinheiro utilizou como recurso, a afirmação das tradições regionais, utilizando para isso, a figura de Tiradentes. Ao rememorar o passado e cultuar Tiradentes, João Pinheiro esperava garantir para Minas a precedência da nacionalidade, como via de estratégia política.

⁴⁵² Aurélio Pires. "Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Origem; histórico; fins; sede)". *Revista do APM*. Ano 21, Belo Horizonte, 1927. Apud Cláudia Regina Callari "Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes". *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 40, São Paulo, 2001.

⁴⁵³ João Pinheiro da Silva (1860-1908).

Também Augusto de Lima⁴⁵⁴ foi um dos que mais se empenharam na consolidação do culto a Tiradentes. Em discurso na sessão magna do clube “Floriano Peixoto” de Belo Horizonte em comemoração ao 12º aniversário da Proclamação da República, Augusto Lima tratou o 15 de novembro como um desdobramento da Conjuração Mineira, como uma data que “traduz uma aspiração nacional, como o elo de uma cadeia de datas anteriores, exprimindo a ascensão do espírito popular para a realização de seus destinos superiores”⁴⁵⁵. E se o presente demandava a afirmação do governo republicano, o decorrer do discurso procuraria vincular os heróis do momento aos heróis do passado: “Deodoro, o herói deste dia, representa Tiradentes promovido a marechal por antigüidade de um século e merecimento de martírio.”⁴⁵⁶

Mas se o culto à figura de Tiradentes era um ponto comum entre o Instituto Mineiro e o IHGB, e era possível verificar uma troca de idéias considerável entre os membros de ambas as instituições, o discurso historiográfico do Instituto Mineiro guardaria maiores semelhanças com os artigos produzidos na *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, não somente pela ampla circulação entre os seus membros, mas, sobretudo, pelo teor de seus discursos. Tanto o IHGMG quanto o APM tinham a característica de sublinhar a Conjuração Mineira como um movimento dotado de suas especificidades locais. Embora a intenção fosse representar o movimento ocorrido no século XVIII como um evento histórico de importância nacional, as narrativas dessas instituições mineiras apontavam para o discurso da singularidade mineira, como forma estratégica de reivindicar a prioridade de Minas Gerais e de “justificar” as pretensões políticas e econômicas das elites mineiras frente aos interesses dos outros estados da Federação.

Em relação ao IHGB, podemos dizer que a escolha de Tiradentes como herói da nação republicana foi se dando de forma a atender às demandas de legitimação do novo sistema, estando desvinculado à intenção de priorizar Minas, como era o caso do IHGMG e do APM. Além do mais, devemos levar em conta que o Instituto Mineiro não gozava dos mesmos recursos e do mesmo prestígio de

⁴⁵⁴ Antônio Augusto de Lima (1859-1934).

⁴⁵⁵ Augusto de Lima. “A Luta Colonial pela Independência”. *Revista do APM*, ano7, fascs. 3 e 4, Belo Horizonte, Julho/Dez. 1902, p. 868. Apud Cláudia Regina Callari, “Os institutos históricos: ...” *Revista Brasileira de História*. Op. Cit.

⁴⁵⁶ Idem.

sua Instituição modelo, localizada no centro das decisões políticas e administrativas do país. Apesar de ter sido fundado em 1907, o IHGMG não tinha sede própria, e só terá o seu primeiro volume de revista publicado em 1945. Até lá, as deliberações da Instituição foram veiculadas pelo órgão oficial do Estado, tendo muitos de seus estatutos, atas de sessão e conferências transcritos na *Revista do APM*. Somente em 1927, houve uma tentativa de revitalização da Instituição, com a organização de uma série de conferências que versavam sobre a história de Minas. Com a participação de convidados de destaque no cenário intelectual nacional, como Afonso Taunay e Basílio de Magalhães, a Instituição Mineira procurou se situar no debate da nação brasileira para dar voz às suas reivindicações.

O caso do Instituto Pernambucano não era diferente. As reclamações acerca da falta de recursos para a região e para a Instituição eram constantes. Também era recorrente a obstinação pela revitalização da memória da pátria pernambucana. Segundo José Honório Rodrigues, o IAGP era o próprio “centro ideológico do patriotismo nascente”⁴⁵⁷, na medida em que era primordial a defesa da pátria e das idéias republicanas, democráticas e liberais. Em tempos republicanos, o IAGP manteve a postura de tentar utilizar o contexto propício a seu favor. Em relação às suas relações com o IHGB, podemos dizer que a necessidade da recriação dos novos símbolos nacionais trouxe algumas intersecções entre os dois Institutos. Basta dizer que o IHGB aderiu às comemorações do centenário de 1817 organizadas pelo IAGP.

De qualquer forma, é preciso dizer que o processo de reconstrução da memória nacional engendrada no IHGB apresentava alguns pontos de tensão com as expectativas dos grupos políticos locais. Essas relações de tensão não se davam de forma simplesmente antagônica, mas evidenciando, pontos de divergência, por vezes, bastante sutis. Uma amostragem da sutileza dessas relações pode ser ilustrada nas palavras do político Barbosa Lima, que, ao ter discursado no IHGB no evento do centenário de 1817, teceu duras críticas à historiografia imperial. A seu ver, grande parte dos autores, que se aventuravam a escrever sobre os

⁴⁵⁷ José Honório Rodrigues. “A historiografia pernambucana na Revista do Instituto Arqueológico”. Recife: *RIAGP*, v. XLIV, 1954 – 1959. p. 9.

episódios históricos ocorridos no começo do século XIX, e aí incluindo muitos ligados ao IHGB, havia deixado obscurecida a história dos heróis de Dezesete. Para o recifense, que já estivera à frente do governo de Pernambuco⁴⁵⁸, e que mantinha boas relações nos círculos políticos do Rio de Janeiro, homens como o Padre Ribeiro e Domingues Martins, “heróis” de Dezesete, deveriam ocupar o mesmo patamar de grandeza dos grandes personagens da história nacional de sua época - tais como Tiradentes e Deodoro da Fonseca. Ao invés disso, “é o 6 de março [dia da implantação do governo republicano nas províncias do Norte] ainda hoje curioso tema de erudição estéril, lembrado e discutido apenas pelos brasileiros doutores”⁴⁵⁹.

O próprio espaço conferido a Barbosa Lima na cerimônia solene em homenagem ao centenário de 1817 deixava à mostra todo o reconhecimento do IHGB acerca da importância nacional do evento no começo do século XX. Ora, essa era uma reivindicação bastante recorrente nos discursos proferidos no Instituto Pernambucano. Mas se o reconhecimento da importância nacional do episódio era comum aos discursos nos dois institutos, em que residia a diferença entre ambos?

De certa forma, podemos dizer que havia um esforço do IHGB em conformar os eventos pernambucanos no conjunto da memória nacional republicana. O problema é que, quase sempre, essa conformação se dava em uma dimensão aquém das expectativas dos grupos políticos pernambucanos. Estes reivindicavam, não apenas o reconhecimento da importância de Dezesete, mas, sobretudo, a idéia da prioridade de Pernambuco, situado como o lugar de origem da nacionalidade brasileira. Eventos como a Restauração Pernambucana e a Insurreição de 1817 eram delineados como eventos fundadores da história nacional brasileira, numa franca confrontação às narrativas comumente produzidas no IHGB.

3.2.

⁴⁵⁸ Barbosa Lima foi nomeado governador de Pernambuco no período florianista.

⁴⁵⁹ “Discurso do Dr. Barbosa Lima na sessão solene do Centenário de 1817”. *Revista do IHGB*, tomo 82, v.136, Rio de Janeiro, 1917, p. 640.

IHGB e IAGP: semelhanças e diferenças na representação dos eventos pernambucanos

Os eventos pernambucanos não foram representados da mesma forma entre os intelectuais vinculados ao IHGB e ao IAGP. Embora a proposta do IHGB tenha sido a de aderir à positivação dos eventos de conteúdo republicano, como o movimento de 1817 e a Confederação do Equador, a maneira como cada Instituto se pronunciou a respeito desses assuntos, acabou por denunciar a diferença no compromisso assumido por esses espaços institucionais.

Em relação ao IAGP, podemos dizer que a chegada da República configurou a oportunidade de realçar a importância dos feitos históricos do passado de Pernambuco. Celebrar a glória de seus antepassados era uma forma de reforçar a importância da pátria pernambucana e todo o seu papel determinante nos destinos da pátria brasileira. O esforço de reunir, sistematizar e escrever a história de Pernambuco era uma forma garantir, à posteridade, a memória de homens que teriam lutado com todas as suas forças em prol dos interesses da nação.

O carro-chefe dessa missão protagonizada pelos intelectuais ligados ao IAGP esteve sempre na grande disposição na positivação do evento Restauração Pernambucana. Tal perspectiva se manteve em tempos republicanos, apesar de o Instituto Arqueológico ter se mostrado mais aberto na citação dos eventos de conteúdo republicano. O que se percebe é que a Restauração permanecia no patamar de evento principal, a ser celebrado todos os anos nas sessões magnas do próprio aniversário do Instituto. A Restauração era situada como evento fundador da nação brasileira, na medida em que seria o preâmbulo da aspiração à Independência nacional.

Assim, na ótica dos intelectuais do IAGP, os heróis pernambucanos, concretizados nas figuras de André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão - branco, negro e índio, respectivamente - seriam os protagonistas do movimento que assinalaria o “gérmen” da nacionalidade brasileira, ainda no século XVII. Esses verdadeiros heróis nacionais eram caracterizados como

“homens de brio e de fé”⁴⁶⁰, na medida em que o seu legado ensinava grandeza e preparava o futuro.⁴⁶¹

Essa tese teria, como principal argumento, a idéia de que a expulsão dos holandeses teria sido realizada pelos pernambucanos, sem qualquer ajuda dos portugueses, já tendo configurado, assim, o princípio de um sentimento de nacionalidade brasileira. A participação das três raças constituintes da nação brasileira, que teriam fundido os seus interesses no projeto de expulsão do invasor, ainda contava com a participação do português João Fernandes Vieira como um dos principais ícones dessa, assim delineada, “epopéia”, que acabara por libertar o Brasil do jugo holandês. O discurso de João Diniz Ribeiro da Cunha, convidado a discursar em sessão aniversária do IAGP nos dá a dimensão dessa perspectiva:

“Abandonada da metrópole, tornada madrastra, entregue a seus únicos esforços, Pernambuco solta o seu grito de guerra, e só confiado em seu braço, combate o aguerrido batavo, com essa galhardia que enche de assombro o mesmo inimigo! E quis Deus senhores, que desde essa primeira luta se irmanassem as raças, ostentando seus heróis. Vieira e Vidal Negreiros oriundos dos conquistadores, este Paraibano, aquele ilhéu, se mostram a par de Dias, o negro, e de Camarão, o caboclo, se elevando gigantes na luta brasílica. Heróis no valor grandes por seus feitos, nobres por suas ações, rivalizam sem melhor servir a pátria, e cimentando com seu sangue essa confraternidade que hoje nos unifica como brasileiros, fazem curvar o inimigo e espantar-se o estrangeiro!”⁴⁶².

Na lógica desses discursos, a expulsão dos holandeses do Brasil teria ocorrido graças ao “grito de guerra” de Pernambuco, que já naquela época, acostumara-se a lutar pelas causas do Brasil e seus ideais de liberdade. A união das três raças, em torno do projeto de Restauração, simbolizava a gênese da nação brasileira, presente, originalmente, em solo pernambucano. Cada raça teria dado a sua contribuição em prol do projeto de expulsar o inimigo, objetivo que teria sido alcançado sem a ajuda da metrópole portuguesa.

Comparando os discursos que cercavam o assunto Restauração percebemos que, de uma forma geral, tanto o IHGB quanto o IAGP, destacavam o sucesso do

⁴⁶⁰ “Discurso do orador da Sociedade Propagadora da Instrução, João Diniz Ribeiro da Cunha, na sessão do 12º aniversário do Instituto”. *Revista do IAGP*, tomo 3, n° 27, Recife, 1870, p.197.

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Idem.

empreendimento da Restauração como um protótipo de sentimento nacional. A diferença residia no fato de que os discursos do IHGB pouco enfatizavam o mérito de Pernambuco, atribuindo as glórias do episódio ao “patriotismo” dos “brasileiros”. O IAGP, por sua vez, insistia na tese de que a Restauração representara uma amostra dos “brios pernambucanos”, precursores da causa nacional. Tal diferença nas abordagens dos dois institutos deixava à mostra os compromissos e as intenções de cada historiografia. Nos dois casos, o denominador comum estava no delineamento de um discurso que visava forjar as origens da nação brasileira, utilizando o episódio Restauração como importante recurso retórico.

O texto de Elpígio de Figueiredo, publicado na *Revista do IHGB* em 1920 se propôs a enfatizar o valor e a bravura daqueles “brasileiros” que se dispuseram a expulsar o inimigo estrangeiro no século XVII:

“ A expulsão dos holandeses é uma glória que pertence só e exclusivamente aos brasileiros, porque, enquanto estes, na fé ao seu ardor patriótico, com a bravura e a abnegação dos grandes heróis, sem distinção de classes, se fundiam nas fileiras dos combates, como simples soldados, para enfrentarem o inimigo, o governo português, pela sua fraqueza e pusilanimidade, negava auxílio aos destemidos batalhadores da causa nacional e, timidamente, procurava o invasor do sólo brasileiro, para com ele entrar num acordo insensato e vengonoso”⁴⁶³.

O texto de Elpígio de Figueiredo foi escrito para contestar as teses de autores como Abreu Lima e Varnhagen, que afirmaram, no passado, que o governo português havia mandado o senhor Francisco Barreto de Meneses para comandar o exército em Pernambuco contra os holandeses. A idéia era reforçar a tese de que o governo português havia se recusado a auxiliar as forças pernambucanas, que, posteriormente, acabaram por expulsar os holandeses do Brasil. O autor visava, assim, retificar esse “erro na história do Brasil” e contestar os primeiros intelectuais do IHGB, que haviam insistido em defender a causa do esforço de Portugal no evento Restauração. Sua proposta era destacar que o mérito da expulsão do inimigo deveria caber aos “heróis brasileiros”. Estes, mesmo que não fossem brasileiros de nascença, como era o caso de João

⁴⁶³ Elpígio de Figueiredo. “Um erro na história do Brasil”. *Revista do IHGB*, tomo 87, v.141, Rio de Janeiro, 1920, grifo nosso.

Fernandes Vieira, que era português, eram considerados verdadeiros “heróis nacionais” por terem aderido de coração à causa do Brasil.

Esse discurso dos “heróis nacionais” também estava presente, de modo diverso, nos discursos do IAGP. O Instituto Pernambucano via esses homens como exemplos do patriotismo pernambucano, símbolos da luta, em Pernambuco, na defesa e na soberania do território. Frequentemente, interpunha-se a idéia de que o Brasil tinha essa “dívida” com esses dignos patriotas, verdadeiros “heróis nacionais pernambucanos”.

A ênfase dada à discussão em torno da questão da “raça” também configurava um diferencial importante na maneira com que cada Instituto interpretava a Restauração. Enquanto o IHGB explorava pouco essa questão da raça para definir o caráter nacional presente no evento Restauração, o IAGP servia-se dessa questão de modo muito mais recorrente. Embora esse discurso da raça também fosse utilizado pelo IHGB, percebemos nos discursos do IAGP, a utilização dessa estratégia como argumento principal em vários discursos.

Nota-se, nesse aspecto, todo o diálogo do IAGP com as teorias sociais e raciais deterministas européias, que, na época, buscavam conciliar o fator “raça”, ao nível de desenvolvimento nacional de uma sociedade. Através do aporte ideológico dessas teorias explicativas, em voga no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, os discursos do IAGP buscavam nas raças que fizeram parte da história idealizada de Pernambuco, um caminho para caracterizar o “gênio” do homem pernambucano – uma forma de forjar um modelo de identidade nacional provindo, genuinamente, daquela região. Boa parte dos “homens de letras” do IAGP insistiam na idéia da participação das três raças formadoras da nação brasileira, como uma maneira de inserir os eventos pernambucanos no panteão cívico republicano.

De um modo geral, a mestiçagem configurava um caminho para vislumbrar o desenvolvimento da região. As teorias de “branqueamento” eram utilizadas como recurso teórico a fim de conjecturar a superação da decadência e atraso econômico de Pernambuco. A inserção do elemento branco era considerada de

fundamental importância nesse empreendimento - a saída controlada e ordeira, demandada pela elite pernambucana.⁴⁶⁴

No entanto, é preciso dizer que a figura do “mestiço”, embora estivesse presente na forma de caracterizar o homem pernambucano, via de regra, não aparecia, de forma recorrente, nos discursos do IAGP. Pelo menos, não de maneira explícita, como nos discursos de vários intelectuais brasileiros da época⁴⁶⁵. O ideário pernambucano forjava-se sobre a aliança dos grupos étnicos que compunham a população local, não, evidentemente, em pé de igualdade, mas através de uma lógica de organização hierárquica, que media o grau de importância desempenhado pelos representantes das três raças que participaram do movimento de libertação do jugo holandês.

Ao que parece, a figura do “mestiço” não era utilizada como elemento-chave para positivar a imagem do homem pernambucano. O motivo de orgulho não estava na figura do “mestiço” em si, mas na presença e na contribuição das três raças no passado histórico idealizado no discurso da pátria pernambucana/brasileira. Embora a miscigenação fosse um argumento positivado, o orgulho não residia na mistura de raças, mas na superação dessa situação, responsável e culpada pelos males da região. A “boa miscigenação” era o caminho encontrado, pelas elites locais, para viabilizar o desenvolvimento da região, mas pouco se falava, positivamente, do “mestiço”. Essa relação ambígua entre as idéias de miscigenação, homem pernambucano, mestiço, e maior desenvolvimento para a região, povoavam os discursos desses intelectuais pernambucanos, que imprimiam uma feição singular em seus discursos.

A título de ilustração, destacamos o discurso de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, proferido na sessão magna do IAGP, de 26 de janeiro de 1900. Ao pronunciar algumas palavras selecionadas para ocasião de mais um aniversário da

⁴⁶⁴ Cf. Lilia Schwarcz. *Os guardiões da nossa história oficial*. S. Paulo: Idesp, 1989.

⁴⁶⁵ A discussão racial assumiu, na virada do século XIX para o XX, um papel central entre os intelectuais brasileiros, tendo sido foco de análise em diversas instituições científicas nacionais. O tema da miscigenação arregimentou discussões e controvérsias entre intelectuais importantes como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, entre outros. De um modo geral, optou-se pela utilização e adaptação das teorias de “branqueamento”, que viam na miscigenação, um caminho para a “arianização” da população e conseqüente viabilização do desenvolvimento nacional.

Instituição, o orador teria distribuído os papéis exercidos pelos heróis da Restauração da seguinte forma:

“João Fernandes Vieira, cérebro que aparelhou e dirigiu o movimento; André Vidal de Negreiros, o altivo Mazombo, o genuíno representante da nobreza colonial, em sua tenacidade cavalheiresca; Henrique Dias, dez vezes ferido e dez vezes renascendo do próprio sangue; Felipe Camarão, índio valoroso que simboliza o arrojo e a dedicação em sua mais pura essência”⁴⁶⁶.

No discurso de Pedro Cavalcanti mostravam-se as incumbências e os predicados daqueles que comporiam as origens da nacionalidade brasileira. Nessa representação que se fazia do passado, a “nobreza da terra” e os reinóis radicados em Pernambuco, teriam conduzido os destinos da “pátria pernambucana”, e, por que não dizer, da “pátria brasileira”. Apesar da presença dos elementos índio e negro na composição da memória da Restauração, a condução do movimento caberia ao elemento étnico branco, situado como elemento étnico principal do episódio. Nesse aspecto em específico, esses discursos do IAGP se assemelhavam muito à tese da célebre monografia de Von Martius⁴⁶⁷, que ganhara o prêmio proposto pelo IHGB, em meados do século XIX.

Essas idéias que circulavam, naquela época, por certo estavam ancoradas na tese da indissociabilidade entre os fatores “raça” e nível de desenvolvimento nacional. Estas estavam balizadas, em grande medida, no ideário evolucionista e cienticista internacional vigente na época. No entanto, também alçavam contornos próprios, que variavam de acordo com os diferentes ambientes intelectuais brasileiros. No caso de Pernambuco, estas teorias ganhavam, ainda mais singularidade, na medida em que, tornava-se urgente, a necessidade da acomodação dessas idéias às expectativas e projetos políticos locais.

Esses projetos políticos locais expressos nos discursos do IAGP serviam-se do recurso de acentuar o “caráter nacional” dos eventos históricos ocorridos em solo pernambucano. Essa estratégia foi utilizada por Francisco Augusto Pereira da Costa, por exemplo, que na *RIAGP* escrevia, em 1906, o seguinte:

⁴⁶⁶ Pedro Celso Uchôa Cavalcante. “Discurso”. *Revista do IAGP*, nº 53, 1900. p.99.

⁴⁶⁷ Carl Friedrich Philip Von Martius. “Como se deve escrever a história do Brasil”. *Revista do IHGB*, tomo 6, Rio de Janeiro, 1844.

“A generosa idéia da restauração da pátria do domínio batavo, teve originalmente, um caráter acentuadamente nacional, não somente pelos votos gerais que a presidiram, como pela unânime aspiração de todos os corações verdadeiramente patriotas”⁴⁶⁸.

Nas entrelinhas das palavras de Pereira da Costa, podemos conjecturar sobre a presença das idéias de “pátria pernambucana” e de pátria/nação brasileira. O uso da expressão “caráter acentuadamente nacional” atrelado à Restauração, denotava a intenção de entronizar o episódio como um preâmbulo da nacionalidade brasileira. No *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres* (1882), essa proposta de Pereira da Costa mostrava-se, ainda mais evidente, na medida em que o autor situava os quatro heróis que atuaram na Guerra Holandesa como “o apanágio dos verdadeiros heróis”⁴⁶⁹ da nação. Esses que “restauraram Pernambuco através da honra, da probidade e das virtudes cívicas”⁴⁷⁰, eram os que mais mereciam figurar na galeria de honra dos heróis nacionais.

Um fato curioso é que, apesar dos participantes da Restauração terem sido representados no IAGP como “heróis nacionais pernambucanos”, em outros institutos locais, esses mesmos personagens, eram representados de outra forma. André Vidal, por exemplo, foi alvo de várias polêmicas entre o Instituto Paraibano e o IAGP.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) foi inaugurado, em 1905, na esteira de outros institutos locais congêneres, já instalados na época. Baseava-se, da mesma forma, na pretensão da afirmação de uma história regional, para fazer-se representar no processo de construção da memória nacional. As Guerras Holandesas foram representadas no Instituto da Paraíba, como uma contraposição aos discursos do IAGP. Conformava-se ao projeto de contar a história local, do ponto de vista dos paraibanos⁴⁷¹. O IHGP reivindicava para si, a

⁴⁶⁸ Francisco Augusto Pereira da Costa. “João Fernandes Vieira à luz da história e da crítica”. *Revista do IAGP*, nº 67, v.12, Recife, 1906.

⁴⁶⁹ Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. [1882]. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 170.

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ A esse respeito ver: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. “André Vidal de Negreiros: A necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano”. *Revista de História* [14]. João

imagem do “herói paraibano” que havia lutado, em solo pernambucano, para defender a Pátria brasileira. Mas o fato de André Vidal ter nascido na Paraíba, não impediu que o IAGP houvesse construído a imagem do herói pernambucano em prol dos interesses nacionais. A reivindicação do reconhecimento de sua memória era uma constante nos discursos do IAGP:

“André Vidal Negreiros faleceu, no seu engenho novo de Goiana, no dia 13 de fevereiro de 1680, quase dois séculos de esquecimento que parece uma eternidade sem luz! A história de um homem é quase sempre a história das injustiças humanas, disse-o alguém; e na verdade Vidal de Negreiros, a quem o padre Vieira tanto elogiou ao Rei; o mesmo a quem a Sr. Varnhagen considerou credor de uma epopéia; Vidal o restaurador de Pernambuco não teve uma inscrição ou lembrança da geração que passou! A indiferença do seu século eclipsou a aurora histórica dos futuros tempos, que só guardam, por amor às épocas, a vaga existência dos fatos. O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano surgiu ainda em tempo de eliminar tanto indiferentismo... Deve o Instituto, para seu engrandecimento e da pátria, erguer monumentos que resumam no bronze ou mármore a recordação dos tempos heróicos e as lembranças de André Vidal Negreiros, a quem tanto esqueceu- sua mãe pátria! A vida dos heróis tem enriquecido a história, é preciso também que a história não esqueça a vida dos heróis”⁴⁷².

Toda a luta do IAGP em promover a memória de André Vidal predispunha-se à “necessária” reparação da “injustiça” promovida por historiadores como Varnhagen, que, no passado, haviam situado Vidal como “credor” de uma epopéia vitoriosa, que teria sido viabilizada pela conjunção das forças portuguesas e nacionais. A “missão” dos intelectuais do IAGP era superar a “indiferença” com que vinha sendo tratado o tema Restauração. A proposta era valorizar, cada vez mais, a imagem dos heróis pernambucanos, mas também e, sobretudo, a dos heróis brasileiros. Nos discursos posteriores, já contemporâneos aos tempos republicanos, os discursos do IAGP passariam a investir, de modo mais recorrente, nos heróis dos episódios pernambucanos de 1710 e 1817. Sob a tônica da idéia da origem da idéia de República no Brasil, buscavam valorizar Pernambuco em meio à legitimação do novo regime.

Pessoa, Jan. /Jun. de 2006. Além de Margarida M. S. Dias. *Intrépida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida, 1996.

⁴⁷² João Joaquim Fonseca Albuquerque, sócio correspondente. “Notícia biográfica de André Vidal Negreiros”. *Revista do IAGP*, tomo 2, nº 16, Recife, Julho de 1867, pp.218-219.

De qualquer forma, o tema Restauração permaneceria muito presente nos números da *Revista do IAGP*. Felipe Camarão, por exemplo, também foi o personagem central das disputas entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e o IAGP⁴⁷³. Inaugurado em 1902, o IHGRN, viria compor mais um projeto de história local com vistas a trazer maior prestígio para o Rio Grande do Norte. Cerca de um ano depois, Pereira da Costa apresentaria seu estudo em sessão do IAGP intitulado “*D. Felipe de Camarão. Contradita a um Escrito Pretendendo Firmar no Rio Grande do Norte o Berço de seu Nascimento*” (1903). A exposição de Pereira da Costa visava traçar um contraponto à obra do padre José de Moraes - “*História da Cia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*” (1860) - que atestava ter nascido Camarão no Rio Grande do Norte e não em Pernambuco. A recente inauguração do Instituto do Rio Grande do Norte, foi, sem dúvida, uma motivação maior para a apresentação do estudo de Pereira da Costa, com o apoio do IAGP. Sua principal argumentação era a de que José de Moraes teria feito confusão ao ter se referido a Camarão, herói da Restauração. Este, na verdade, este seria outro indivíduo com o mesmo sobrenome. Em suas conclusões, que foram aplaudidas de pé por presentes ilustres na ocasião⁴⁷⁴, ele teria dito o seguinte:

“...o Potiguaçu, ou Antônio Camarão, chefe índio da aldeia de Igapúaou Ygapó, no Rio Grande do Norte – não é absolutamente o mesmo chefe índio que, sob o nome de D. Antônio Felipe Camarão, tanto ilustra as páginas da nossa história colonial pelo seu valor e heroísmo, e outros tantos predicados honrosos; e conseguindo esse desideratum, como diz-nos a consciência, caem por terra todos os argumentos opostos, e triunfa, a causa de Pernambuco, quase que perdida pela opinião contrária que se firmou (...) fica patente assim, que a razão e o direito estão ao lado dos que proclamam que Pernambuco é a ditosa pátria que tal filho teve.”⁴⁷⁵.

⁴⁷³ A esse respeito ver: Leonardo da Costa Ferreira. “Pereira da Costa e a luta por uma identidade pernambucana”. *Revista Cantareira*, v.1, nº 1, Niterói, 2009.

⁴⁷⁴ Segundo o Leonardo da Costa Ferreira, estavam presentes nessa sessão no IAGP, nomes como Capistrano de Abreu, Barão de Studard, Oliveira Lima, Teotônio Freire e Alfredo de Carvalho, que teriam tecido muitos elogios ao discurso de Pereira da Costa.

⁴⁷⁵ Francisco Augusto Pereira da Costa. “D. Felipe de Camarão: contradita a um estudo que pretende firmar no Rio Grande do Norte o berço de seu nascimento”; *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1904. p 120. Apud Leonardo da Costa Ferreira. “Pereira da Costa e a luta por uma identidade pernambucana”. *Revista Cantareira*, v.1, nº 1, Niterói, 2009.

A conquista da naturalidade do índio Camarão para Pernambuco era de grande importância para o IAGP. João Fernandes Vieira era português, por isso não podia dar a dimensão perfeita da idéia de uma pátria brasileira nascente. André Vidal era um colono, rico proprietário paraibano, fato que seria reivindicado, um pouco mais tarde, pelo Instituto da Paraíba (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGPB). Não interessava, minimamente, àqueles intelectuais, dividir as glórias do passado com outra Federação nordestina. Era preciso defender o papel desempenhado por Pernambuco na memória nacional.

Nos meandros dessas questões, é preciso considerarmos a existência de uma espécie de “batalha” pela construção de uma versão oficial dos fatos presentes na história nacional. O IAGP assumia o papel fundamental de instituição reivindicadora dos interesses pernambucanos na luta pelo estabelecimento da origem do sentimento nacional no Brasil. Tal perspectiva era de importância fundamental para o Instituto Pernambucano, fruto de um grupo político rural sedimentado, e que, em face à insegurança de sua situação econômica, desejava através de seus romantismos culturais preservar o passado com um escudo contra o futuro incerto⁴⁷⁶.

Assim, em vários textos publicados na *Revista do IAGP*, esteve presente a idéia de que a Restauração já delineava valores que preconizavam os sentimentos de patriotismo, de nacionalidade e de liberdade. A defesa dessa tese era importante porque a Restauração era um episódio do século XVII, portanto, muito anterior à Conjuração Mineira, eleita pela República, como o símbolo oficial para representar o prenúncio de um sentimento nacional na história do Brasil. A preocupação em defender a idéia de que já havia um prelúdio de identidade nacional em solo Pernambucano, no século XVII, constituía uma forma de confrontar o prestígio que vinha sendo dado à Conjuração Mineira nos primeiros anos da República.

Mesmo assim, após a instauração do sistema republicano, a República de 1817, tornava-se assunto cada vez mais recorrente nos artigos das *Revistas do IHGB e do IAGP*. O caráter republicano de 1817 tornava-se apropriado em um

⁴⁷⁶ Robert M. Levine. *Pernambuco na Federação brasileira (1889-1937). A velha usina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Apud Lilia Schwarcz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989, p.34.

contexto em que o novo sistema político precisava se legitimar. Mas, assim como no caso da Restauração Pernambucana, a importância que se daria a Dezesete teria assumido graus diferenciados de abrangência nos dois Institutos.

No caso do Instituto Histórico Brasileiro, Dezesete era, como já vimos, situado como um evento de importância nacional, mais uma demonstração do despertar de um sentimento coletivo que clamava pela libertação do Brasil. Essa conotação esteve presente nos discursos proferidos na sessão solene do IHGB, em comemoração ao seu centenário. Na abertura da solenidade, o presidente Conde Affonso Celso aclamava e positivava Dezesete como um legítimo prenúncio da Independência:

“...há exatamente um século, [Dezesete] depôs o regime absolutista da metrópole e organizou o primeiro governo autônomo de nossa pátria, pagando com o holocausto de muitas preciosas vidas a aspiração de ver o Brasil independente e livre”⁴⁷⁷.

Na visão daqueles intelectuais comprometidos com uma nova concepção de nação, muito mais relacionada às demandas políticas impostas pela necessidade de consolidação republicana, Dezesete era representado como uma luta em favor das idéias liberais e da causa nacional. O fato de Dezesete ter implantado um governo republicano autônomo em um momento em que o Brasil ainda estava ligado a Portugal, era, em geral, interpretado como um protótipo de sentimento nacional que visava à Independência, mas que, de forma alguma, pretendia um projeto de sedição para aquela região.

Posto nesses termos, Dezesete servia ao propósito de figurar como um evento louvável, e até mesmo conveniente, na medida em que propunha um modelo de sistema republicano. A questão é compreender os motivos que levaram o governo republicano a dar maior ênfase à Conjuração Mineira, quando Dezesete estava mais próximo dos acontecimentos de Vinte e Dois. Embora possamos dizer que o IHGB reservava algum reconhecimento a Dezesete, o fato é que essa consideração diferia muito daquela que o IAGP lhe reservava. Se para

⁴⁷⁷ “Discurso do Sr. Conde Affonso Celso, presidente perpétuo do Instituto”. *Revista do IHGB*, tomo 82, v.136, Rio de Janeiro, 1917, p. 622.

o IHGB, a Conjuração Mineira tornava-se o evento mais adequado para representar o berço das idéias de Independência e de República no Brasil. Dezesete configurava apenas um elemento a mais nesse processo de construção simbólica. Pedro Calmon, por exemplo, postulava 1817 como um dos antecedentes da Independência. Em sua perspectiva, o evento pernambucano aparecia com o mesmo grau de prestígio conferido a outros eventos também considerados importantes para a história nacional, como os ocorridos em 1684, no Maranhão; em 1710, em Pernambuco; ou em 1798, na Bahia⁴⁷⁸.

O mesmo ocorria em relação à Confederação do Equador. Na conferência do IHGB em homenagem aos cem anos de Vinte e Quatro, o presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, destacava a importância da comemoração do evento, haja vista o “impulso de brasilidade” e as “virtudes nacionalistas” que teriam tomado homens como Philippe dos Santos, Tiradentes, Miguelinho e Padre Roma⁴⁷⁹. No centenário da Confederação, o representante do governo republicano, convidado de honra do evento comemorativo, citava a importância do reconhecimento de heróis que haviam participado de eventos precedentes, como os episódios mineiros de 1720 e de 1789, além de Dezesete. Em seu discurso, muito aplaudido entre os presentes, Artur Bernardes defendeu a idéia da pré-existência da aspiração nacional, numa clara proposta de situar a Confederação do Equador como um episódio de importância menor. Mesmo assim, em razão da própria razão da solenidade, Arthur Bernardes seguiu o seu pronunciamento tentando situar a Confederação como um modelo de ideal republicano condizente:

“Seja qual for o critério para ajuizar o movimento revolucionário que, há cem anos, de Pernambuco se propagou a outras então províncias do Império, ninguém de boa fé, poderá contestar o ardor cívico dos revoltados, a sua dedicação no cumprimento do que julgavam ser dever de brasileiros, o heroísmo com que muitos sacrificaram interesses, arriscaram e perderam a vida”⁴⁸⁰.

⁴⁷⁸ Pedro Calmon Moniz Bittencourt. “História da Independência do Brasil”. *Revista do IHGB*, v.148, 1923.

⁴⁷⁹ Arthur da Silva Bernardes. “Discurso”. *Revista do IHGB*, tomo 96, v.150, Rio de Janeiro, 1924.

⁴⁸⁰ Arthur da Silva Bernardes. “Sessão Solene Especial em 2 de Julho de 1924, comemorativa do Centenário da Confederação do Equador”. *Revista do IHGB*, tomo 96, v.150, Rio de Janeiro, 1924, pp.372-417.

O “ardor cívico” a que se referia Arthur Bernardes relacionava-se ao “patriotismo” daqueles que teriam se envolvido num projeto de dimensão nacional e sem intenção de sedição. Portanto, não era um patriotismo restrito às províncias da Confederação, mas um patriotismo ligado à idéia de pátria / nação brasileira. Os homens de Vinte e Quatro eram, em última instância, “brasileiros” que estavam cumprindo o seu dever ao terem se sacrificado pela pátria, em alguns casos, com as suas próprias vidas.

O fato de o IHGB ter relegado, a segundo plano, a Confederação do Equador, era, no mínimo, sintomático. Qual motivo teria levado o Instituto Histórico a aceitar a importância de Dezesete como um episódio nacional, predecessor da Independência, e, ao mesmo tempo, situar Vinte e Quatro como um evento de menor relevância? Certamente o forte conteúdo separatista da Confederação do Equador. Até mesmo o fato de o episódio ter ocorrido depois da Independência, também deve ser considerado como fator de influência sobre os discursos da Instituição. A Confederação do Equador significava, de forma muito mais evidente que o movimento de 1817, a proeminência do projeto de sedição, posto que representava a insubordinação daquela região, ao Estado imperial implantado em 1822. Disfarçar esse viés separatista de Vinte e Quatro era uma tarefa muito mais complexa e demandava muito mais cautela.

De qualquer forma, podemos dizer que também houve uma disposição do IHGB em conformar a Confederação como um símbolo nacional condizente às expectativas dos grupos políticos republicanos. Na mesma ocasião da comemoração do centenário do evento, a conferência de Manuel Cícero Peregrino da Silva⁴⁸¹, primeiro vice-presidente do Instituto, abraçava de forma contundente essa causa. Peregrino achava que, se a forma republicana houvesse sido implantada no Brasil desde a Independência, os fatos de 1824 nem mesmo teriam ocorrido. Para ele, a transgressão à ordem, representada pela Confederação, só teria acontecido porque o Brasil ainda não havia aderido à causa republicana até aquele momento.

⁴⁸¹ Manuel Cícero Peregrino. “Pernambuco e a Confederação do Equador”. *Revista do IHGB*, tomo 96, v.150,1924.

Nessa perspectiva, a Confederação não pretendia a separação em relação ao Brasil, tendo sido apenas, uma estratégia para irradiar o projeto de uma República Confederativa às outras regiões do Império. A intenção de Peregrino era desconstruir a imagem separatista de Vinte e Quatro, conformando-o a um modelo de nação mais adequado ao modelo republicano:

“Na revolução de 1824, os brasileiros do Norte estenderam a mão, desde o primeiro instante, aos compatriotas do Sul, para que com eles confraternizassem. Não pretendia o Norte a desintegração, o desmembramento do Brasil. Ao contrário, desejava e procurava a adesão das demais províncias, que por certo a teriam prestado, se a tentativa se não houvesse frustrado tão cedo.”⁴⁸².

Essa postura se verificava em vários discursos do IHGB. Levi Carneiro (1882-1971), por exemplo, se propunha em “O federalismo: suas explosões. A Confederação do Equador”⁴⁸³ (1914) a dizer o seguinte, em relação aos episódios pernambucanos:

“Nesses centros de cultura, em reuniões de padres, de militares, nas sociedades maçônicas, se inspirou e se tramou a emancipação, a federalização do Brasil. E, por isso mesmo, nunca se perderia de vista, ao contrário, sempre se procuraria manter a unidade nacional”⁴⁸⁴.

A proposta de Carneiro nesse texto foi a de elogiar os projetos de República e de federalismo, expressos, tanto na Conjuração Mineira, quanto em Dezanove e em Vinte e Quatro. Para ele, esses eventos teriam constituído uma explosão de sentimentos nativistas sem que, em nenhum deles tivesse sido pregado um projeto de sedição. Sobre Vinte e Quatro, especificamente, Levi Carneiro frisava que o movimento era um grande defensor do federalismo como forma de viabilizar a unidade nacional.

Em uma perspectiva francamente conciliadora, o autor procurava situar a Conjuração Mineira e os episódios pernambucanos na mesma linha discursiva,

⁴⁸² Manuel Cícero Peregrino. “Pernambuco e a Confederação do Equador”. *Ibid.*, p.415

⁴⁸³ Levi Carneiro. “O federalismo: suas explosões. A Confederação do Equador”, *Revista do IHGB*, v.3, p.195-280, Rio de Janeiro, 1914.

⁴⁸⁴ Levi Carneiro. “O federalismo: suas explosões. A Confederação do Equador”, *Revista do IHGB*, v.3, p.195-280, 1914, p.207.

localizando-os como grandes episódios da história nacional. Seu discurso conformava a tarefa de contra-argumentar as teses impostas no passado, pelo próprio IHGB, que, através dos argumentos de intelectuais como Varnhagen e Pereira da Silva⁴⁸⁵, sustentavam a idéia de que esses episódios pernambucanos teriam atentado contra a causa nacional. Em sua explanação, Dezesete e Vinte e Quatro configuravam formas louváveis de contestação, tendo em vista, as formas de opressão vigentes no princípio do século XIX. Eram, portanto, episódios respeitáveis da história nacional, dotados de “inteligência” e outros predicados elogiosos, como “esclarecidos”, “ponderados” e condizentes aos “princípios nacionais”. Sobre a figura de Frei Caneca, Carneiro ressaltava o fato desse personagem ter se tornado o único, ligado à Confederação do Equador, a ter permanecido de alguma forma na memória nacional. No entanto, lamentava o fato de o padre pernambucano não ter alcançado o reconhecimento merecido na galeria de heróis da história do Brasil:

“[O carmelita pernambucano foi] o único nome de que, ainda que vaga, tem sobrevivido a memória. Reunia os característicos morais e intelectuais dessa legião de patriotas letrados, fatores de agitação democrática”⁴⁸⁶.

Nessa concepção, homens como frei Caneca e Tiradentes eram considerados “patriotas”, na medida em que carregavam nas suas histórias de vida, ações a serviço da pátria brasileira, leia-se nesse contexto, nação brasileira. Episódios, antes, considerados subversivos à ordem e à unidade nacionais, eram, a partir de então, acomodados como eventos que denotavam uma reação contra um governo ausente e distante, e que detiveram, na sua essência, o idealismo nacional.

Em relação aos mesmos eventos de Dezesete e Vinte e Quatro, os discursos dos membros do Instituto Pernambucano apresentavam alguns pontos de encontro com o IHGB. A tese de vincular Dezesete à aspiração de Independência nacional, por exemplo, era comum aos dois Institutos, com a diferença de que, para o

⁴⁸⁵ Levi Carneiro cita especificamente esses dois autores, mas sua contra-argumentação referia-se à inclinação geral dos primeiros intelectuais do IHGB, em situar os movimentos pernambucanos como projetos sediciosos, indignos ou insignificantes, destoantes do ideal nacional de civilização luso-brasileira.

⁴⁸⁶ Levi Carneiro. “O federalismo: suas explosões. A Confederação do Equador”. Op. Cit., p. 226.

Instituto Pernambucano, essa idéia era de vital importância para o destaque dos feitos de Pernambuco no cenário da história nacional.

No campo das diferenças entre os discursos dos dois Institutos estava a idéia da continuidade entre os episódios pernambucanos de 1817 e 1824, tese defendida pelo IAGP. Se os discursos do IHGB tendiam a dar menor relevância a Confederação do Equador, o Instituto Pernambucano, por sua vez, situava Vinte e Quatro como o amadurecimento das reivindicações postuladas em Dezesete. Era uma diferença substancial, na medida em que o IAGP conferia à Confederação, um status negligenciado pelo IHGB.

A obra de Ulisses Brandão, *A Confederação do Equador*⁴⁸⁷, ganhadora do concurso promovido pelo IAGP para ser publicada na revista comemorativa dos cem anos da Confederação do Equador, reforçava essa tendência dos discursos do IAGP em situar os eventos pernambucanos em uma mesma linha evolutiva. A origem dessa cadeia de eventos interligados e sucessivos, estaria no século XVII, com a Restauração Pernambucana, passava pelo movimento de 1710 (Guerra dos Mascates), pela chamada “Conspiração dos Suassunas” (1801), pela experiência republicana de 1817, pelo Movimento de Goiana (1821), para finalmente culminar na Confederação do Equador (1824). Todos esses eventos faziam parte de uma mesma linha evolutiva onde perpassava a idéia do “gênio pernambucano”, entendido como a característica peculiar do homem pernambucano, sempre envolvido, de forma comprometida e apaixonada, nos caminhos que iriam desembocar no despertar do sentimento nacional brasileiro.

O viés explicativo Ulisses Brandão assentido pelo IAGP situava a Confederação do Equador como o produto de uma cadeia de acontecimentos passados, que se articulavam de forma sistêmica e indissociável. Nos discursos do Instituto Arqueológico, Vinte e Quatro era considerado sobretudo como um desdobramento da experiência de 1817.

Outra diferença importante entre as representações dos eventos pernambucanos entre os dois Institutos estava no fato de o IHGB ter aderido, mais tardiamente, à idéia de positivar os episódios de conteúdo republicano. Somente

⁴⁸⁷ Ulisses Brandão. *A Confederação do Equador*. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Confederação do Equador. Recife: Publicação Oficial do Governo de Pernambuco, 1924.

depois da desagregação do Império, o IHGB sentiu-se, mais à vontade, para louvar a ação de homens como frei Caneca e padre Roma. Nos espaços do IAGP, essa perspectiva estava presente, muito antes da implantação da República, embora os cuidados tomados para não “desagradar” o governo imperial, também estivessem igualmente presentes. João Diniz Ribeiro da Cunha, por exemplo, convidado a discursar em sessão aniversária do IAGP, em 1870, já vinculava o evento de Dezesete às aspirações de liberdade e de independência:

“Domingos Theotônio, Martins, Roma, Miguelinho, Tenório, Paula, João Ribeiro, eia! surgi! vinde dizer-nos se tínheis ou não em mente a liberdade e a independência da pátria? Se as esses sublimes fins não fizerdes o holocausto da vida? Vinde! Há quem conteste vossos feitos! Quem queira empanar vossa glória! Ainda hoje, aqui mesmo, temos quem possa contar vossa história! Quem comungando vossas idéias, convosco sofreu por compartilhar vossos feitos”⁴⁸⁸.

O discurso de Ribeiro da Cunha propunha uma contraposição aqueles que não reconheciam os méritos dos heróis de Dezesete, que, por certo, em 1870, eram em número muito maior do que o seriam, vinte anos depois. O aceite quanto à importância dos episódios pernambucanos, por parte do IHGB, notadamente, a partir da República, possibilitaria a tomada de novas posturas, por parte dos intelectuais do IAGP.

Nos textos posteriores à implantação da República, por exemplo, a temática da democracia estava cada vez mais presente dos discursos do IAGP. Oliveira Lima, em sua obra *Pernambuco. Seu Desenvolvimento Histórico* (1895)⁴⁸⁹, por exemplo, empenhava-se na divulgação de Dezesete utilizando-se desse recurso:

“[Dezesete] Explosão frenética de sentimento nacional desdenhado, brotada de cérebros exaltados pelos sucessos da Revolução, afervorados em seus sonhos por uma misteriosa solidariedade, e ansiosos pela integração da libertação americana”⁴⁹⁰ “... A democracia ensaiava com efeito os seus primeiros firmes

⁴⁸⁸ “Discurso do orador da Sociedade Propagadora da Instrução, João Diniz Ribeiro da Cunha na sessão do 12º aniversário do Instituto”. *Revista do IAGP*, nº 27, tomo 3, Recife, 1870, p.199.

⁴⁸⁹ Oliveira Lima foi admitido no IAGP somente em 1904, em grande parte, devido à grande repercussão de *Pernambuco. Seu Desenvolvimento Histórico*, obra muito citada nos discursos do IAGP.

⁴⁹⁰ Manuel de Oliveira Lima. *Pernambuco. Seu desenvolvimento histórico*. 3ª Ed. [Fac-Símile da edição de 1895]. Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1997, pp.232-233.

passos no coração do grande estado, a cuja sombra se acolhera a angustiada dinastia portuguesa”⁴⁹¹.

Democracia, nesse caso, era utilizada como sinônimo de modernidade, de busca por liberdade, de adesão às causas liberais - idéias muito em voga no vocabulário político do Brasil na Primeira República. Nessa perspectiva, Dezesete configurava um ensaio de aspiração democrática, uma antecipação à Independência. Mais uma prova incontestável do patriotismo e das aspirações democráticas pernambucanas, postos a serviço da causa nacional.

Um elemento comum aos dois institutos era a intenção de desvincular a imagem separatista em relação aos eventos pernambucanos. Assim como o discurso de Levi Carneiro publicado no IHGB, os intelectuais do IAGP também primavam pela tese na unidade nacional presente nos episódios pernambucanos. Em relação a Dezesete, por exemplo, Oliveira Lima destacava a tese do prenúncio da Independência como estratégia para espantar o fantasma da sedição:

“ A revolução pernambucana, se não fosse a atmosfera glacial que lhe tolheu os movimentos, tinha condições em si para vingar e expandir-se, tornando Pernambuco o centro de atração do Brasil independente, ou mais verosimilmente a primeira seção independente do novo Reino desagregado”⁴⁹².

Em outras palavras, Dezesete não tinha intenção separatista, visto que pretendia estender o seu modelo de governo às outras regiões do Brasil. A estratégia era basicamente a mesma daquela adotada pelo IHGB, baseada na leitura literal das fontes e manifestos de 1817. A diferença estava no tipo de abordagem utilizada por cada instituição. Oliveira Lima, por exemplo, iria dizer que Pernambuco poderia ter se tornado o centro irradiador de um movimento de Independência nacional, já em 1817, não fossem as forças de circunstância que o teriam impedido.

A diferença, mais uma vez, residia na ênfase conferida aos episódios. As comemorações do centenário de Dezesete, no IAGP, por exemplo, foram muito imponentes, principalmente se comparadas às homenagens organizadas pelo

⁴⁹¹ Ibid., p.232.

⁴⁹² Ibid., pp.812-813.

IHGB para as comemorações do mesmo episódio. E não podia ser diferente. A efeméride de Dezesete era a oportunidade perfeita para o IAGP prosseguir com o seu projeto de enfatizar os feitos históricos de Pernambuco. Conclamando pernambucanos e brasileiros para celebrar essa data festiva, Oliveira Lima escrevia, no prefácio da edição comemorativa de *História da Revolução de Pernambuco*, de Muniz Tavares (1917), as seguintes palavras:

“A celebração desta data a um tempo dolorosa e gloriosa constitui um dever público a que Pernambucano algum, mais do que isto, a que Brasileiro algum deve se furtar, pois com a revolução de 1817 foi que a nação verdadeira aprendeu a combater e a morrer pela liberdade”⁴⁹³.

Visto por esse prisma, Dezesete deteve muito mais importância do que a Conjuração Mineira, e mesmo em alguns aspectos, até mesmo, do que a Independência. O principal argumento presente nos discursos dos intelectuais ligados ao IAGP era o fato de Dezesete ter implantado um governo republicano provisório, tendo antecipado os eventos que iriam ser desencadeados em 1889. Esse discurso configurava uma estratégia importante, na medida em que entronizava a importância dos heróis pernambucanos como símbolos nacionais da República.

3.3. As comemorações dos cem anos de 1817

“Nessa hora turva de incedível desordem mental não somos ah! Não somos aquela longínqua posteridade, a qual está reservada a apoteose que definitiva canonizará o cândido discípulo de Condorcet, - o virtuoso Ribeiro Pessoa-, o enérgico e abnegado Domingos Martins, o implacável Rabello e o ditado clemente, o estóico Miguelinho, o intrépido e esclarecido Tenório, o devotado Padre Roma, o sábio frei Joaquim do Amor Divino Caneca, e tantos na milícia e no clero, e onde quer que em cada classe lavrou o incêndio que o amor da Pátria alimentava, e tantos, que, no dizer ingênuo do cronista entusiasta fogosamente se desposaram com a Liberdade”⁴⁹⁴.

⁴⁹³Manuel de Oliveira Lima. “Prefácio”. In: Muniz Tavares. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Ed.Comemorativa. Recife, 1917, p.4.

⁴⁹⁴ Trecho do discurso de Barbosa Lima na sessão solene do IHGB em comemoração do centenário de 1817. In: *Revista do IHGB*, 1917, tomo 82, p.625.

“Almo espírito, ó alma da pátria,
 Abre as asas de luz sobre nós!
 E rasgando a amplidão destes ares,
 Canta os feitos dos nossos heróis!
 Canta a nobre república ousada,
 Democrática flor de civismo,
 Que sorrindo entre o livro e a espada,
 Redimiu-nos do vil servilismo!”⁴⁹⁵

O hino especialmente criado para a cerimônia de comemoração do centenário do Movimento de 1817, seria cantado solenemente pelas alunas da Escola Normal. O ato de consagração aconteceria em sessão magna organizada para o dia 6 de março de 1917, no Teatro Santa Isabel, em Recife. O evento ocorreria sob a presidência do governador de Pernambuco, com discurso oficial de Oliveira de Lima. A execução do hino seria acompanhada pela orquestra do consagrado maestro Carlos Gomes. A pomposa solenidade constituía apenas um dos muitos festejos programados pelo IAGP para a comemoração do centenário da República de 1817.

No mesmo dia 6 de março de 1917, também estavam programadas as comemorações do evento no IHGB. A sessão solene promovida pela Instituição ocorreu à noite, às 20horas e 30 minutos. Estavam presentes nomes expoentes da sociedade brasileira, como o presidente da República Wenceslau Brás⁴⁹⁶, o presidente perpétuo do IHGB, Sr. Conde de Afonso Celso, o Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, secretário perpétuo, o Dr. Augusto Tavares de Lyra, o professor Basílio de Magalhães e Alexandre José Barbosa Lima, este último, convidado de honra encarregado de discursar sobre a importância da celebração da noite. O Barão Homem de Mello havia pedido ao professor Basílio de Magalhães para substituí-lo, posto que ele estava representando o Instituto Histórico de São Paulo nos festejos do centenário de 1817, em Pernambuco. O momento era solene, digno de toda pompa conferida aos eventos históricos de grande importância para a história nacional.

⁴⁹⁵ Trecho do hino do centenário. Música do maestro Euclides Fonseca e letra do filósofo França Pereira, professor da Escola Normal. In: *Revista do IAGP*, 1917. pp.41-42.

⁴⁹⁶ O *Diário de Pernambuco* do dia 7 de março de 1917 comentou brevemente a ausência do presidente da República nos festejos dos cem anos de 1817 em Pernambuco. O editorial do jornal pernambucano destacou que o presidente não poderia estar no mesmo dia nos festejos em Pernambuco e na sessão organizada pelo IHGB, no Rio de Janeiro.

O doutor Mário de Mello, primeiro secretário do Instituto Arqueológico Pernambucano, havia enviado um telegrama para ser lido na sessão solene do IHGB. O secretário M. Fleiuss procedeu à leitura do telegrama, em que Mário Mello descrevia como haviam sido os festejos em Pernambuco naquele dia em que se comemorava o centenário do grande evento descrito como “precursor da Independência”⁴⁹⁷. Antes de dar à palavra ao convidado de honra da noite, o Sr. Barbosa Lima, Max Fleiuss anunciou que o IHGB havia organizado àquela sessão, em razão da grande importância do evento para a história nacional. Logo em seguida, Fleiuss anunciava a distribuição do tomo 79 da *Revista do IHGB* que continha a *História da Independência*, obra de Varnhagen recém descoberta nos arquivos do Barão do Rio Branco.

A adesão do IHGB às comemorações dos cem anos da República de 1817 certamente pareceria impensável se retrocedêssemos no tempo, em meio aos primeiros anos de criação da Instituição. Se considerarmos que a política proposta pelos membros fundadores da Casa da memória nacional havia situado Dezesete como um assunto melindroso, que deveria ser deixado para ser “esclarecido” num futuro distante, a nós parece interessante pensar sobre as razões que levaram o IHGB, alguns anos mais tarde, a aderir às comemorações do centenário do evento planejadas pelo Instituto Pernambucano. Como já foi dito, a positivação do movimento de 1817 tornava-se interessante para a própria legitimação do sistema político republicano. O IHGB, como instituição histórica de grande importância no cenário intelectual brasileiro, desde os tempos do Império, aderiu às comemorações propostas pelo Instituto Pernambucano também porque atendia aos interesses do próprio Estado republicano. Mas a festa que se preparou para o evento não podia, nem de longe, ser comparada aos festejos planejados pelo IAGP.

Em Pernambuco, os preparativos para o grande evento já estavam a pleno vapor nos primeiros dias do ano de 1917. No dia 5 de janeiro, vários sócios do IAGP estiveram reunidos em uma das salas do *Diário de Pernambuco*⁴⁹⁸ para

⁴⁹⁷ Palavras de Mário Mello no telegrama enviado para ser lido na sessão solene de comemoração do centenário de 1817, no IHGB. In: *Revista do IHGB*, tomo 82, 1917. p. 622.

⁴⁹⁸ Nessa época, o IAGP estava destituído de sua sede oficial. A sede provisória ficava no edifício do Ginásio de Pernambuco, onde inclusive promoveu-se a sessão magna do 55º aniversário da

trataram de algumas deliberações importantes para a comemoração. Entre eles, o ministro Oliveira Lima, presidente da comissão do IAGP formada especialmente para a organização dos festejos, além do general Joaquim Ignácio, o comendador Ferreira Baltar, os doutores Pedro Celso, Fonseca Oliveira e Samuel Campello, o professor Gaspar Regueira Costa, Santana Araújo e Antônio da Cruz Ribeiro. O padre Leonardo Mascello não pôde comparecer, mas justificou a sua ausência. Algumas das principais deliberações dessa reunião foram: 1) que fossem convidados a participar dos festejos os governos e os institutos históricos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, afinal esses haviam aderido, no passado, ao projeto republicano que então fazia aniversário; 2) que Pedro Celso, Fonseca Oliveira e Gaspar Regueira se entendessem com os diretores das escolas estaduais e municipais para que os seus alunos participassem dos festejos; 3) que o IAGP se dirigisse às pessoas de grande prestígio de todos os municípios de Pernambuco para conseguir apoio financeiro.

A intenção era mobilizar o maior número de pessoas e de instituições quanto fosse possível para dar maior legitimidade e magnitude ao evento, considerado por seus organizadores, como um movimento patriótico em prol do resgate da memória dos “heróis da revolução”.

Essa idéia de salvaguardar e perpetuar a memória dos heróis pernambucanos era algo já presente nos discursos contemporâneos à inauguração do IAGP, no início dos anos de 1860. Essa reivindicação era latente nos discursos dos intelectuais que se envolveram no projeto de desvendar e divulgar a história da província pernambucana. Naquela conjuntura, estava presente um claro descontentamento daqueles homens em relação à historiografia que vinha sendo escrita sobre Pernambuco, sob a tutela do IHGB e do governo imperial. No começo do século XX esse discurso permanecia, mas vinha passando por um redimensionamento compreensível, na medida em que os tempos republicanos haviam possibilitado uma nova abertura à posituação dos movimentos pernambucanos.

Instituição no dia 27 de janeiro de 1917. Nessa época, muitas reuniões entre os seus membros aconteciam também nas salas do *Diário de Pernambuco*, na época de propriedade de Carlos B. P. de Lyra.

O diálogo com o IHGB havia mudado. Se no Império, o IAGP lutava para afirmar o ponto de vista pernambucano, contestando uma historiografia que silenciava e desprestigiava os eventos pernambucanos de viés republicano, com o passar dos anos, o Instituto Arqueológico, seguia equilibrando-se entre o seu projeto de sublinhar a história de Pernambuco e a superação dos obstáculos organizacionais e financeiros que assolaram a Instituição. O IHGB passou a sublinhar a importância dos eventos pernambucanos, na medida em que a República precisou redefinir alguns direcionamentos na escrita da história nacional.

A adesão do Estado republicano e do IHGB aos festejos do centenário de 1817 conferia prestígio ao IAGP. Quando maior fosse o apoio conseguido a favor do evento, melhor seria para a Instituição que estivesse à frente de sua organização. Nesse sentido, o IAGP se esforçava para garantir o apoio dos outros estados da Federação, das instituições científicas e culturais de todo o Brasil, das prefeituras, e de quem mais quisesse aderir ao projeto de não deixar morrer a memória dos “heróis nacionais” de 1817.

Oliveira Lima ressaltava com entusiasmo o apoio dos alunos da Faculdade de Direito do Recife, tradicional recanto das “idéias liberais” pernambucanas. No dia 8 de fevereiro de 1917, o *Diário de Pernambuco* noticiava, com ainda maior entusiasmo, a notícia sobre a confirmação da contribuição de algumas cidades pernambucanas e de alguns Estados da Federação, como Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará, Minas Gerais e Paraná. O Rio de Janeiro também enviaria uma contribuição de um conto de réis para auxiliar na construção do monumento que seria construído aos “mártires” de 1817. O Espírito Santo também havia confirmado a contribuição de dois contos de réis. O prefeito de Palmares, Dr. Fausto Figueiredo, também havia prometido celebrar o centenário de 1817 em sua cidade. Homem de Mello também havia se comprometido a ir a Pernambuco participar dos festejos.

Dentre as instituições que resolveram aderir ao evento estiveram o Instituto Histórico de São Paulo, que, através das palavras de seu primeiro secretário, Afonso A. de Freitas, também se comprometeu a promover um evento interno no dia 6 de março de 1917, para celebrar a importância do centenário de 1817. Na ocasião seria divulgado um estudo sobre o assunto, “à luz de documentos

inéditos”. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro também resolveu aderir à comemoração e nomeou, como seu representante, o próprio Oliveira Lima, que também era membro dessa Instituição. O Arquivo Público da Bahia se comprometeu a promover uma passeata cívica ao Campo da Pólvora, onde, no passado, haviam sido fuzilados o Padre Roma e outros envolvidos na República de 1817.

As comemorações do centenário de 1817 não contaram apenas com adesões e incentivos. Um bom exemplo de dissensão em torno da promoção do evento esteve nas polêmicas entre Manoel Arão⁴⁹⁹, eminente jornalista, escritor e romancista, ligado aos grupos maçônicos de Pernambuco, e Oliveira Lima. O desentendimento entre ambos criou uma cisão declarada entre a maçonaria e o IAGP, que fez com que Manoel de Arão fizesse um protesto formal dirigido ao Conselho Municipal de Recife contra o pouco destaque conferido pela comissão organizadora dos festejos do evento, ao papel desempenhado pela maçonaria no movimento de 1817. Em resposta a esse protesto, Oliveira Lima se pronunciou em artigo publicado pelo *Diário de Pernambuco* no dia 4 de março de 1917⁵⁰⁰.

No referido artigo intitulado “A maçonaria e o centenário da revolução de 1817”, Oliveira Lima tentava amenizar a situação desconfortável que estremecia as relações entre o IAGP e a maçonaria, destacando a importância da republicação da obra de Muniz Tavares, que conferia grandes louvores à ação da maçonaria em 1817. Oliveira Lima apoiava-se no estudo de Mário Mello⁵⁰¹ sobre a influência da maçonaria sobre o movimento republicano e tentava justificar o grande espaço que o IAGP estava conferindo ao clero católico nos festejos do centenário. Na defesa de seu ponto de vista, Oliveira Lima esclarecia que o movimento pernambucano de 1817 não podia ser separado da grande importância da ação do clero católico, na medida em que vários padres teriam dirigido e encabeçado o movimento de 1817. A Igreja católica, seria, segundo Oliveira Lima, “o principal elemento da cultura nacional”, grande propagadora das idéias liberais no Brasil.

⁴⁹⁹ Manoel Arão de Oliveira Campos (1876- 19130).

⁵⁰⁰ Oliveira Lima. “A maçonaria e o centenário da revolução de 1817”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 de março de 1917.

⁵⁰¹ Mário Carneiro do Rego Mello (1884-1959). *A maçonaria e a revolução de 1817* (1912).

Em resposta a Oliveira Lima, Manoel Arão argumentou na publicação do dia seguinte no mesmo *Diário de Pernambuco*⁵⁰² que a idéia de república no Brasil havia se originado nas sociedades secretas, e que a República de 1817 havia sido organizada, em sua maioria, por livres pensadores desvinculados da Igreja Católica. Seguindo a sua argumentação, ele destacou que o clero que teria encabeçado o movimento não estaria adstrito à disciplina eclesiástica. Por isso seria “lamentável” e “escusável” “a cortesia” que o IAGP estava conferindo à Igreja Católica nas comemorações dos cem anos de 1817. Manoel Arão reivindicava bem mais que o modesto lugar conferido à maçonaria na solenidade. Como forma de protesto Arão anunciava que a maçonaria não iria participar dos festejos.

Uma questão importante a considerarmos nessa contenda deflagrada entre Oliveira Lima e o representante das lojas maçônicas de Recife é a histórica relação do IAGP com a Igreja Católica. Desde a sua fundação, setores da Igreja sempre estiveram ligados ao Instituto Arqueológico, contribuindo com discursos, textos e pontos de vista. Além dos setores ligados à cultura agro-exportadora, alguns profissionais liberais e outros políticos influentes, o IAGP contava com um número expressivo de membros ligados à Igreja, como padres, bispos e sacerdotes em geral. Em vários artigos publicados da *Revista do IAGP*, percebe-se a defesa da idéia da íntima relação entre ciência e religião, numa ampla conjugação de idéias liberais e princípios religiosos. Se na comemoração dos cem anos de Dezesete, apresentava-se uma disputa entre a maçonaria e a Igreja, o IAGP optou pela defesa da Instituição que sempre apoiou os projetos do Instituto Pernambucano - a Igreja Católica. Essa proposta se mostrou bem clara nas duras palavras de Oliveira Lima, que, em resposta às palavras de insatisfação do representante maçônico na região, afirmou o forte compromisso da IAGP com a Igreja. A maçonaria recifense recebeu um convite oficial do IAGP para tomar a parte que lhe havia sido reservada nas solenidades do evento. Os festejos deveriam seguir conforme o programado mesmo se a maçonaria se recusasse a participar dos eventos.

⁵⁰²Manoel Arão. “A maçonaria e o centenário da revolução de 1817”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 de março de 1917.

Os esforços do IAGP deveriam se concentrar, antes de tudo, na positivação do simbolismo da República de 1817. Uma das estratégias para garantir essa positivação e afiançar, ainda mais, a legitimidade da iniciativa dos festejos foi a campanha para a adoção da bandeira da República de 1817 como a bandeira oficial do Estado de Pernambuco. Assim, no dia 8 de Fevereiro, o IAGP resolveu solicitar aos poderes competentes para que fosse providenciada a questão. Através de um ofício redigido pelo próprio Oliveira Lima, o IAGP argumentava a legitimidade de seu pedido, tendo em vista o fato de que vários Estados da União também haviam decidido adotar as suas próprias bandeiras estaduais, dentre eles a Bahia, o Rio Grande do Sul, o Pará e Santa Catarina. O pedido enviado por Oliveira Lima ressaltava a importância do realce à tradição republicana de Pernambuco através da iniciativa:

“São bandeiras essas que carecem de reconhecimento internacional e não dispõem principalmente de valia política, mas que envolvem a consagração das tradições particulares da terra que representam e devem ser tiradas como o complemento necessário dos respectivos escudos d’armas”... “Pernambuco prestaria pois uma homenagem mais aos mártires de 1817, perfilhando o pavilhão em que eles simbolizaram o seu sonho de liberdade que o Império tornou uma realidade e que a República consagrou na Federação por ela organizada”⁵⁰³

A proposta de Oliveira Lima foi aprovada pelo Estado pernambucano, tendo configurado uma vitória importante para a positivação do evento. A bandeira do Estado de Pernambuco, originada da bandeira da República de 1817 foi oficializada em 1917, pelo governador Manuel A. Pereira Borba, apenas com algumas modificações. A República de 1817 havia criado uma bandeira com três estrelas, que, na época, representavam Pernambuco e seus dois principais aliados, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1917, o Estado de Pernambuco resolveu adotar a mesma bandeira, mas com apenas uma estrela, que representava Pernambuco no conjunto da Federação.

Outra medida que visava garantir maior notoriedade à comemoração do centenário de 1817 foi proposta pelo doutor Pedro Celso Uchôa Cavalcanti - o IAGP deveria oficializar ao governo federal para que a data do centenário fosse

⁵⁰³ Francisco de Oliveira Lima. “A bandeira de Pernambuco”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de fevereiro de 1917. p.1.

transformada em dia de feriado nacional, com ampla divulgação na imprensa de toda a Federação sobre a história do movimento de 1817 e dos principais “heróis” que teriam se envolvido num projeto de República antes mesmo da Independência nacional. Pedro Celso também propôs que fossem publicados na imprensa, alguns testemunhos dos descendentes dos principais heróis de 1817.

O dia 6 de março não se tornou feriado nacional, mas da proposta do doutor Pedro Celso, aproveitou-se a idéia da divulgação dos testemunhos dos descendentes dos envolvidos no movimento de 1817. O *Diário de Pernambuco*, guardou espaço na edição especial comemorativa do centenário para divulgar algumas entrevistas concedidas pelos descendentes dos homens de 1817. Uma breve biografia dos “heróis” pernambucanos, com fotos e narrativas sobre os principais “acontecimentos” de 1817, também ficou registrada nessa publicação toda dedicada à rememoração do evento.

Logo na primeira página do jornal, figurava a ilustração de uma figura feminina, ao lado do “leão do Norte”. Era corrente nos jornais da época a representação da República através da figura de uma mulher⁵⁰⁴. Ao que parece, essa foi a intenção do jornal ao ter publicado a ilustração, embora essa finalidade não tenha sido explicitada. A figura do “leão do Norte” aparecia freqüentemente atrelada a Pernambuco nos círculos intelectuais da época. O próprio IAGP também utilizava essa simbologia como codinome para a própria Instituição. O “leão do Norte” estava portanto ligado tanto ao Estado de Pernambucano quanto ao próprio IAGP. Na mesma ilustração figuravam ainda o brasão de Pernambuco, que havia sido oficializado pelo governador Alexandre Barbosa Lima, através da lei estadual nº 75, em 1895. A proposta de situar Dezessete como o prenúncio da Independência e da República implantada em 1889 aparece logo em seguida:

⁵⁰⁴ Desde antes de 1889, as imagens femininas para representar a República eram abundantemente difundidas nos diversos jornais e revistas da época, como a *Revista Ilustrada* e *O Besouro*. A inspiração era a figura de Marianne, nome popular atrelado à Revolução Francesa. A figura feminina utilizada nos jornais franceses havia sido inspirada na Roma Clássica e dominou a simbologia cívica francesa, representando tanto a revolução, quanto a liberdade, quanto a república. No Brasil, houve uma veiculação da imagem de Marianne para representar a República instaurada em 1889. Com o passar dos anos, o uso da alegoria feminina acabou sendo utilizada pelos opositores do regime, com a imagem de uma mulher tida como “corrompida”, prostituta. A esse respeito ver: José Murilo de Carvalho. “República-mulher: entre Maria e Marianne”. In: *___A formação das almas: o imaginário da república do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

“O Brasil republicano festeja na data de hoje um grande acontecimento que, como primórdio dos vivas da manhã de 15 de 1889, precipitou de modo assombroso o brado do Ipiranga”⁵⁰⁵.

A editoração do jornal seguia fazendo o resgate da memória dos eventos pernambucanos que precederam Dezesete, como a Restauração Pernambucana e o Movimento de 1710. As figuras como André Vidal, Felipe Camarão e Bernardo Vieira de Melo foram invocadas com as honras conferidas aos “heróis nacionais”. Mas o que mais nos chama a atenção, nesse artigo em específico, foi a preocupação em citar a Conjuração Mineira como um exemplo para os “patriotas brasileiros” que teriam se aventurado na experiência de Dezesete. A Conjuração foi situada, junto com outros movimentos pernambucanos como evento precedente de 1817. A intenção do *Diário*, naquele momento era propor uma trégua nas rivalidades e disputas por memória entre os Estados do Norte e do Sul. Reivindicava-se um maior reconhecimento para Dezesete, mas o tom do discurso era amistoso em relação à memória da Conjuração Mineira.

Mais à frente, outro artigo do mesmo jornal, parece querer deixar de lado as amenidades partindo para uma crítica mais direta ao descaso das autoridades republicanas quanto às expectativas e necessidades de Pernambuco. A iniciativa do IAGP em promover os festejos do centenário é situada como mais uma forma de patriotismo provinda de Pernambuco:

“Pernambuco, o solo sagrado para os íncolas, não tem que invejar os dotes dos seus ricos irmãos do Sul, pois armazenou a riqueza dos feitos e vive de recordações, como quem lê, com os olhos marejados, a história da própria juventude... Com a proclamação da República em 1889, não foi melhor a nossa diretriz: temos vivido de agressões recíprocas, à semelhança dos bizantinos em suas lutas verdes e azuis, e portanto já é tempo de tomar outro rumo, a fim de irmos de queda em queda. Esta comemoração que agora se realiza por iniciativa do Instituto Arqueológico Pernambucano fala bem alto, convida as ovelhas ao aprisco, demonstra que o patriotismo não está somente no terçar das armas, nem na disputa de pleitos eleitorais. Quem possui como a nossa pátria, um passado de glórias e de proezas inconfundíveis, bem pode descansar à sombra dos louros, ainda que não quisesse reproduzir os surtos de bravura necessária. A grande questão está em retroceder dessa marcha que nos conduz à fatalidade dos turcos, ao indiferentismo dos

⁵⁰⁵ *Diário de Pernambuco*. Edição especial comemorativa do centenário da revolução de 1817. Recife, 6 de março de 1917. p.1.

brahmanes, à desordem dos mexicanos, onde cada presidente da República é um regulo da pior espécie...”⁵⁰⁶

As ácidas palavras da editoração do *Diário* eram mais uma forma de positivar os feitos pernambucanos do passado, ao mesmo tempo em que buscava uma espécie de “conciliação” entre o que os ricos “irmãos do Sul” e os pernambucanos. A crítica ao prestígio desigual conferido aos Estados mais ricos da Federação assumia a forma de um clamor à “união nacional”. Na prática, buscava-se a integração de Pernambuco aos privilégios e prestígios conferidos ao Sudeste.

Enfim, o centenário estava sendo aproveitado como oportunidade perfeita para reivindicação de espaços para Pernambuco. E para que tudo se desse como o esperado era preciso caprichar nos detalhes dos festejos. A magnitude da festa também era considerada uma estratégia importante para perpetuar a memória da República de 1817. Os preparativos deveriam ser pensados com todo o cuidado. A agenda das comemorações incluía uma missa campal, sessões solenes, inauguração de escolas, passeatas e tudo que pudesse contribuir para a composição do cenário de uma festa nacional digna de grande importância.

No próprio dia 6 de março ocorreria, logo pela manhã, a missa campal na Praça da República, que seria ministrada pelo arcebispo de Olinda, com o discurso do cônego Pereira Alves, orador do IAGP. Também estavam programados a colocação da pedra fundamental do monumento que seria erguido “aos heróis de 1817”, no local do pavilhão do jardim da Praça da República; a passeata, que contaria com a participação dos alunos de escolas e associações cívico-militares; além da apresentação do esquadrão de cavalaria da Força Pública, com a participação da Companhia de Guerra da Marinha.

Para o dia seguinte estavam programados uma franquia de exposição de flores ao público e uma sessão solene promovida pelo IAGP, que seria realizada no Teatro Santa Isabel, às 19 horas, e teria como orador oficial, o membro associado do Instituto Arqueológico, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.

⁵⁰⁶*Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de março de 1917. Edição Especial comemorativa do Centenário da Revolução Pernambucana de 1817.

O lançamento da pedra fundamental da estátua que iria ser erigida aos “heróis” de 1817 estava programado originalmente para acontecer na Praça Dezesete, onde já estava localizada uma estátua em homenagem ao Barão de Lucena⁵⁰⁷. Depois de alguns protestos divulgados pela imprensa e de outros mais que circularam nos bastidores das sessões do IAGP, o Instituto Arqueológico decidiu pedir ao Conselho Municipal para que fosse reservada a Praça da República para o erguimento do monumento aos “heróis” de 1817. A sugestão teria partido de Pereira da Costa, que já vinha expondo na imprensa pernambucana sua oposição à escolha da Praça de Dezesete como o lugar mais adequado para o monumento.

O argumento de Pereira da Costa a favor da Praça da República estaria no fato de que este havia sido o local de enforcamento de vários condenados pela participação no movimento de 1817, como Antônio Henrique Rabelo, padre Antônio Pereira de Albuquerque, Amaro Coutinho, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima (o Leão Coroado), José Peregrino Xavier de Carvalho e o vigário Tenório.

Por fim escolheu-se mesmo a Praça da República. A inauguração da pedra em mármore que iria acontecer no dia 6 de março de 1917 conteria a seguinte inscrição: “O Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambucano aos heróis de 1817”⁵⁰⁸. O próximo problema a ser resolvido era saber como o artista iria representar os “heróis” de 1817 através de um único monumento. Havia a inviabilidade prática de homenagear um grande número de nomes em uma única escultura. Para resolver esse problema, Oliveira Lima sugeriu que o artista explorasse o lado simbólico dos ideais revolucionários propostos em 1817:

“A comunidade pernambucana, representada por elementos notáveis da sua cultura e por muitos dos seus municípios, assim como auxiliada por vários Estados da União, que tão formoso exemplo quiseram fornecer da solidariedade política e cívica do Brasil, pretende erguer um monumento aos mártires da liberdade, que em 1817 perderam suas vidas, honrosamente em combate e sobretudo ignominiosamente no patíbulo, pelos ideais da independência e da

⁵⁰⁷ Henrique Pereira de Lucena (1835-1913).

⁵⁰⁸ In: *Revista do IAGP*, 1917. p.30. A inscrição definitiva ficou assim “Homenagem do Governo do Estado e do Povo de Pernambuco aos compatriotas que implantaram pioneiramente a República no Brasil”. Uma frase de Oliveira Lima finaliza o mármore: “Com a Revolução de 1817 foi que a Nação Brasileira aprendeu verdadeiramente a combater e a morrer pela Liberdade”.

democracia”...“Na impossibilidade de personificar o movimento numa só figura, pois se estendeu a 4 províncias- Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará... terá o artista [que explorar] o aspecto simbólico não só dos referidos ideais revolucionários, como da orientação dada à efêmera república pelos que a dirigiam”⁵⁰⁹.

O escultor escolhido para representar tais ideais “revolucionários” foi Abelardo da Hora, que criou um bronze de uma figura feminina, bem próximo das ilustrações que fazia, na época, para representar a República.

Mas se o monumento aos heróis de 1817 deveria representar simbolicamente os ideais de 1817, a medalha comemorativa do centenário de 1817, criada pelo IAGP, preferiu nomear os seus heróis. A medalha mandada cunhar em Paris aparecia descrita nas páginas da *Revista do IAGP* da seguinte forma:

“...no verso, a bandeira da revolução e o leão do norte, ladeado de cana-de-açúcar e do algodão. No reverso um emblema republicano com os nomes dos mártires imolados em nome da lei: padre Roma, padre Miguelinho, padre João Ribeiro, Barros Lima, Amaro G. Coutinho, Padre Souza Tenório, Ignácio Leopoldo, Antônio Pereira, José Peregrino, Francisco J. Silveira, José Luiz de Mendonça, Domingos J. Martins, Antônio H. Rabelo, Domingos Thononio”⁵¹⁰.

Num dos símbolos produzidos para a comemoração do centenário de 1817, percebemos a clara intenção do IAGP em evidenciar e nomear os heróis do grande evento objeto de comemoração. O ideal para esses políticos e intelectuais pernambucanos era que esses nomes pudessem se tornar consenso entre o poder político nacional. Mas será que esses “heróis” pernambucanos poderiam ser assumidos como heróis nacionais?

Certamente houve uma predisposição da República em assentir a importância dos eventos pernambucanos, notadamente, Dezessete, que, na prática, implantou uma experiência republicana, ainda nos tempos do Reino Unido do Brasil e Algarves. Interessava à República desse começo do século XX resgatar a memória do evento e dos homens protagonistas dessa história. Mas outros

⁵⁰⁹Ibid., p. 14

⁵¹⁰ *Revista do IAGP*, 1917, p. 8.

interesses políticos também estavam em jogo. Era preciso aderir também à importância dos bandeirantes, de Tiradentes, do Zumbi dos Palmares, dos índios, dos negros, dos brancos, enfim, quantos mais símbolos fossem necessários para produção de uma história nacional que pudesse auxiliar na legitimação da ordem política do presente.